



O Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra ganhou desde sempre a atenção dos seus visitantes pelo extremo da sua pobreza. Poucos dos que ali passaram não deixaram escritas as suas impressões. Nos séculos passados eram na sua maioria depreciativas, mas nos dias que correm é precisamente o extremo despojo de bens e a prova de uma vivência muito próxima da primitiva, numa forma de penitência, que impressiona os que o veem. É um exemplo sem igual e a marca de valores de uma regra muito específica, que não podem ser apagados.

Os valores adotados por S. Francisco de Assis e seus seguidores pregavam a humildade e pobreza extrema, numa relação com o meio natural pouco comum para a época de Francisco (séc.XII). Assim se viveu em poucos sítios do mundo, muitos dos seus seguidores aplicavam generosas exceções à Regra. O conventinho sintrano não podia ter sido mais fiel, talvez o mais fiel. A sua construção totalmente integrada no meio envolvente, onde as paredes e o chão do edifício são as determinadas pela serra, vai aos limites da pobreza. Aqui se viveu em sacrifício face às exigências da natureza. Sem conforto para o corpo, os frades encontraram o conforto para a alma, porque na serra de Sintra parece que estamos mais perto do céu.

A escolha do local de implantação dos conventos capuchos assenta em pressupostos subjacentes quer a fatores religiosos, salientando-se a necessidade de satisfação espiritual; quer a fatores biofísicos, ligados á natureza e à função dos espaços acercados. Os capuchos, movidos “só do espírito, que trazido de mais recolhimento, e retiro, querendo fugir à comunicação da gente”<sup>1</sup>, procuravam lugares ermos. Os sítios de pré-eleição eram os vales, “pois só neles os monges encontrariam o ambiente que melhor correspondia aos seus rigores místicos e religiosos”<sup>2</sup>. Além disso, em termos ecológicos, estes são os solos que normalmente melhor respondem às necessidades de sustento das hortas e pomares<sup>3</sup>. O Convento dos Capuchos foi edificado num dos topos da serra de Sintra. Conjuga as características encontradas nos vales, dadas as características biofísicas excecionais da serra, com a próxima relação com o céu e com a noção de limites da Terra face ao Mar. Aqui se aliou um solo sacralizado a uma filosofia baseada em valores espirituais.

O convento é abandonado quando se dá a extinção das ordens religiosas em Portugal, e no século XX é vítima de ações de vandalismo e roubo de forma continuada durante alguns anos. Ainda assim, este espaço conserva um valioso património tanto a nível cultural como natural.

A recuperação de um sítio histórico ganha importância na altura de transmitir a novas gerações o conhecimento acerca de determinada sociedade ou filosofia de um grupo. Para tal é

<sup>1</sup> MONFORTE, Frei Manuel de – *op. cit.*; in. XAVIER, António Manuel – *Das Cercas dos Conventos Capuchos*. Évora: Casa do Sul Editora, s.d. ISBN 972-8661-19-3. p.39.

<sup>2</sup> XAVIER, António Manuel – *Das Cercas dos Conventos Capuchos*. Évora: Casa do Sul Editora, s.d. ISBN 972-8661-19-3. *op. cit.* p.39.

<sup>3</sup> *Idem ibidem* pp. 39 – 41.

necessário restituir ao local a sua identidade e significação. Para a elaboração de um plano de restauro é necessário reunir uma quantidade de informação do monumento que seja esclarecedora destas características. A perda do espólio da biblioteca do convento aquando do seu abandono em 1834 dificultou esta fase do trabalho. Ainda assim, é feita uma pesquisa que permite documentar e analisar aspetos relacionados com o caso em estudo. Esta fase é registada no **Primeiro Capítulo**. A análise biofísica da serra de Sintra permite perceber, quer as atividades e o tipo de vivência que se poderia instalar neste território, quer os motivos que justificam as prematuras ações de sacralização da serra. E estas, o motivo pelo qual aqui se instalaram inúmeros locais de meditação, entre eles o convento dos Capuchos. Outro ponto importante é o contexto histórico e social em que surge o convento, focando alguns pontos relevantes da história a nível nacional e regional. Ainda neste capítulo é dado a conhecer o convento e cerca, utilizando descrições feitas por vários visitantes em diferentes épocas da história, assim como a filosofia dos seus habitantes.

No **Segundo Capítulo** é feito um estudo diagnóstico da cerca, onde estão referenciados os elementos construídos e infraestruturas. Também o estudo botânico é aqui desenvolvido, assim como uma análise do uso público. Estas ações levam a uma listagem de problemas encontrados no local, permitindo obter uma base sintetizada de trabalho para o desenvolvimento de um plano de recuperação integral do espaço, visando o seu bom estado de conservação, quer a nível de estruturas, quer a nível botânico, e a correta e permanente utilização do público.

Este plano é desenvolvido no **Terceiro Capítulo** onde se apresentam soluções de resposta aos problemas encontrados no local e um plano estratégico de divulgação e manutenção visando a sustentabilidade do convento.



## CAPÍTULO I. DOCUMENTAÇÃO E ANÁLISE

### 1.1. A PAISAGEM DA SERRA DE SINTRA

#### 1.1.1. Ambiente

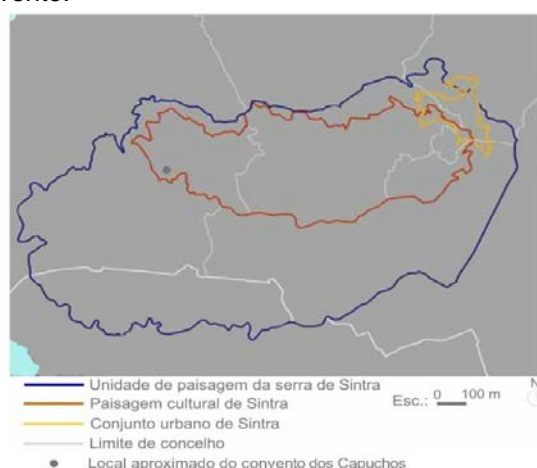
##### 1.1.1.1. Localização

Conhecida pelo “Monte da Lua” desde que Ptolomeu assim a chamou, a serra de Sintra serve de pano de fundo a uma pequena vila precocemente ocupada pelo Homem, facto que pode ser justificado pela magnificência da sua imagem sugerindo terra sã e fértil. O *Promontorium Lunae* ergue-se a 528 metros de altitude ao longo de 12 quilómetros lineares, num maciço de granito, limitado a norte por uma vasta planície, integrante nos dias de hoje dos limites do concelho de Mafra, e a sul pelo estuário de Tejo<sup>4</sup>: “*Já a vista, pouco e pouco se desterra; Daqueles pátrios montes, que ficavam; Ficava o caro Tejo e a fresca serra; De Sintra, e nela os olhos se alongavam.(...)*”<sup>5</sup>. A oeste, termina numa queda abrupta, no ponto mais ocidental do continente europeu,“(…)quase cume da cabeça De Europa toda, o Reino Lusitano, Onde a terra acaba e o mar começa e onde Febo repousa no Oceano.(...)”<sup>6</sup>, o cabo da Roca.

A proximidade a Lisboa determinou a nidificação das trocas comerciais. A ligação a Lisboa é reforçada com a inauguração da linha de ferro que liga o território, em 1887. O crescimento urbano faz-se nesse sentido de forma anárquica até meados de 1980<sup>7</sup>. A morfologia do território terá sido um fator de bloqueio ao desenvolvimento urbano em direção ao interior da serra, salvaguardando-a de núcleos urbanos que se concentraram na planície envolvente.



F.1. Enquadramento territorial da unidade de paisagem da serra de Sintra  
Fonte: SIPA



F.2. Limites socioculturais da Unidade de Paisagem da Serra de Sintra  
Fonte: SIPA

<sup>4</sup> SIPA, PT031111050264.

<sup>5</sup> CAMÕES, Luís de – canto v. 3ª estrofe. In - *Os Lusíadas*. Porto: Tipografia Bloco Gráfico, 1978. *op.cit.* p.191.

<sup>6</sup> CAMÕES, Luís de – canto III. 20ª estrofe. In - *Os Lusíadas*. Porto: Tipografia Bloco Gráfico, 1978. *op.cit.* p.132.

<sup>7</sup> Câmara Municipal de Sintra [Web Page] « [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt) » Accessed Setembro 2012.

<sup>8</sup> RIBEIRO, Céu – *Guia Sintra*. 1ª ed. Sintra: Texto Editores Lda, 2007. ISBN 978-972-47-3778-2. p.23.

Cartografia – edificado

### 1.1.1.2. Morfologia : Relevo; Declives; Exposições

#### RELEVO

A serra apresenta-se como um maciço de forma elíptica elevado sobre uma planície mais ou menos regular e homogénea, numa posição perpendicular em relação á linha de costa.

Os vales profundamente gravados são no geral planos e curtos, e orientados a SE – NO, exceto a ribeira de Colares (E - O). A montante os vales são largos e pouco profundos, acentuando-se para jusante, onde, regra geral, são assimétricos, sendo a margem esquerda a mais declivosa<sup>9</sup>. Este lado do vale é por isso mais propício á erosão durante os invernos chuvosos. Acrescentando aos processos naturais os fatores antropológicos resultam neste território algumas zonas com risco de erosão acelerada, nomeadamente onde foram construídas estradas ou moradias no fundo dos vales.

Os picos aguçados que se fazem notar na paisagem são formados por rochas graníticas numa disposição a que se dá o nome de “caos de blocos”, os picos mais altos são a Cruz Alta a 528 metros e a Pena a 527 metros. O dorso da serra apresenta uma descontinuidade no vale do ribeiro da Mula, e do lado ocidental o cume que se evidencia é a peninha a 489 metros de altitude<sup>10</sup>.



F.3. Relevo da serra de Sintra

Fonte: Google earth

#### DECLIVES

A descrição de um terreno acidentado apresentada no ponto anterior faz adivinhar elevados graus de inclinação e alguma variedade morfológica.

A maior parte da serra apresenta declives superiores a 15°, dando-lhe a categoria de inclinação acentuada na maioria do seu território. Estas perfazem 58% da serra, com 40% de declives entre os 15° e os 20°, 15% entre os 25° e os 40° e 3% com inclinação superior a 40°. Os terrenos mais planos situam-se nas cabeceiras das linhas de água com inclinações até aos 10°<sup>11</sup>.

#### EXPOSIÇÕES

Com a linha de cumeada orientada a E – O, as encostas do maciço estão, salvo alguma situação excecional, expostas a norte e a sul. Uma exceção é o ribeiro da Mula com os vales moderadamente aquecidos, em consequência da exposição das vertentes a E e SO<sup>12</sup>. Estas exposições são determinantes no desenvolvimento da flora e da fauna, da ocupação humana e atribuição de atividades e ocupação do espaço.

<sup>9</sup> Finisterra [Web Page] «1987 [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1987-44/44\\_12.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1987-44/44_12.pdf)» Accessed Julho 2012.

<sup>10</sup> SIPA, PT031111050264.

<sup>11</sup> *Idem ibidem.*

<sup>12</sup> *Idem ibidem.*

Cartografia – declives

## Cartografia – Exposições

### 1.1.1.3. Geologia / Litologia

O território de Sintra formou-se inicialmente através da sedimentação de materiais característicos dos ambientes fluviais, marinhos e lacustres que se faziam marcar nesta paisagem entre há 160 M.a. e 90 M.a., os períodos Jurássico e Cretácico da era Mesosóica. Estes materiais podem ser encontrados nas rochas sedimentares constituintes dos territórios litorais de Sintra<sup>13</sup>.

A serra é formada no período Cretácico Superior, há 80 M.a., por uma intrusão magmática profunda nos sedimentos calcário gregosos e xistentos existentes, e o seu aspeto atual é resultado da ação da erosão e meteorização ao longo do tempo, expondo as formações rochosas no seu interior<sup>14</sup>.

*“Durante a sua instalação, este corpo magmático, afetou as rochas sedimentares que se tinham depositado nesta área, provocando a sua deformação, e metamorizando as que se encontravam mais próximas do contacto”<sup>15</sup>.*

*“Se atendermos à espessura da sequência sedimentar que envolve o maciço e que o cobriu, provavelmente este relevo assumiu no passado um aspecto mais imponente, como atestam os vários derrames de depósitos grosseiros”<sup>16</sup>.*

As rochas magmáticas estão dispostas sob a estrutura anelar tendo como centro um sienito cálcico alcalino e quartzífero. Este é rodeado pela formação rochosa dominante nesta paisagem, o granito. A serra de Sintra apresenta um aspeto característico das zonas graníticas, o “caos de blocos”, expressão atribuída à distribuição aleatória dos blocos que se desprenderam da formação principal pela erosão na zona das fraturas (subperpendiculares), comuns neste tipo de rocha<sup>17</sup>.

*“A serra propriamente dita é constituída por um granito composto de quartzo branco e claro, um pouco de feldspato avermelhado e mica negra, a que se juntou um calcário branco ou laminoso (...)”<sup>18</sup>.*

### 1.1.1.4. Solos

Na serra predominam os Cambissolos Húmicos, derivados de rochas eruptivas, de textura variável, pouco compactos, arenosos, permeáveis, com húmus de baixo ph e facilmente desagregáveis com a ação química da chuva. A Este predominam os solos classificados como Cambissolos Cálcicos. Os solos mais férteis que levaram à exploração agrária do território têm origem nas rochas básicas ( dioritos e gabros ) e intermédias<sup>19</sup>.

<sup>13</sup> SIPA, PT031111050264.

<sup>14</sup> *Idem ibidem.*

<sup>15</sup> DE CARVALHO, G. *op. cit. In*, SIPA, PT031111050264.

<sup>16</sup> *Idem ibidem.*

<sup>17</sup> PINTO DA SILVA, A.R. - *A flora da serra de Sintra*. Lisboa: Museu, Laboratório e Jardim Botânico, 1991. p. 7.

<sup>18</sup> LINK, Heinrich Friedrich - *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. s.l.Textos BN,s.d. *op. cit.* p.150.

<sup>19</sup> PINTO DA SILVA, A.R. - *A flora da serra de Sintra*. Lisboa: Museu, Laboratório e Jardim Botânico, 1991. p. 7.

## Cartografia – Litologia

#### 1.1.1.5. Hidrografia

Como visto no ponto das exposições, as vertentes estão viradas na sua maioria a norte e a sul, é portanto neste sentido que se desenvolvem as linhas de água, embora de forma assimétrica em cada vertente. Do lado norte, a linha coletora, a ribeira de Colares, está orientada a E-O. Na vertente a sul, há três linhas principais, a ribeira do Guincho (NE-SO), o ribeiro da Mula e a ribeira da Penha Longa (N-S)<sup>20</sup>.

O declive acentuado, com maior ocupação no território, como visto no ponto de declives, confere à rede hidrográfica um regime torrencial<sup>21</sup>.

A elevada densidade de linhas de água levou à instalação de fontes e minas por toda a serra<sup>22</sup>.

#### 1.1.1.6. Análise climática

O território do concelho de Sintra está sujeito a um clima geralmente ameno, com Invernos chuvosos e Verões secos. No entanto, a morfologia do terreno, a proximidade do mar e a densidade vegetal faz com que se gerem diferentes microclimas na região, de uma forma geral com características mediterrânicas de influência atlântica<sup>23</sup>.

O facto de o complexo estar perpendicular à linha de costa afeta as massas de ar de fluxo dominante de NO, provocando a sua travagem e divergência. A estrutura funciona como uma barreira orográfica, força o ar a subir originando nebulosidade, nevoeiros e precipitação com maior predominância na vertente norte. Para além da condensação orográfica localizada forma-se também o nevoeiro de interseção da base da camada de nuvens pelos pontos de maior altitude. A zona da serra de Sintra é mais fria, húmida e sombria que o resto do território do concelho. A vertente Sul do maciço, pertencente já ao concelho de Cascais apresenta um clima mais seco<sup>24</sup>.

Na vertente norte os valores de humidade variam entre os 85% e os 75% de O-E. Os valores médios anuais de precipitação variam entre os 500 mm no cabo da Roca e os 1200 mm no vértice geodésico da Cruz Alta e Pena. Os nevoeiros também contribuem para a presença de água no solo mesmo na época estival. Também devido ao nevoeiro, o número de horas anuais de insolação é menor do que em Lisboa, calculando-se cerca de 2300 a 2400<sup>25</sup>.

A temperatura média mensal mais elevada regista-se no mês de Agosto, com 19°C, e os meses mais frios são Dezembro, Janeiro e Fevereiro<sup>26</sup>.

A evapotranspiração real média anual varia entre os 400 mm e os 600 mm do cabo da roca à vila de Sintra<sup>27</sup>.

---

<sup>20</sup> SIPA, PT031111050264.

<sup>21</sup> *Idem ibidem.*

<sup>22</sup> *Idem ibidem.*

<sup>23</sup> *Idem ibidem.*

<sup>24</sup> *Idem ibidem.*

<sup>25</sup> *Idem ibidem.*

<sup>26</sup> *Idem ibidem.*

<sup>27</sup> *Idem ibidem.*

## Cartografia – hidrografia

Cartografia – esquema de ventos

### 1.1.1.7. Flora

A vegetação primitiva da serra de Sintra, rica em espécies atlânticas e mediterrânicas, marcava a transição da vegetação entre o norte e o sul do país, portanto, a área era em grande parte ocupada por *quercus*. As espécies eram distribuídas no território pelas particularidades climáticas e litológicas de cada local. Nas vertentes abrigadas a sul encontrava-se *quercus pyrenaica*, nas vertentes húmidas e sombrias de norte, *quercus robur*. Nas zonas mais baixas e quentes, *quercus suber*, e nos terrenos calcários *quercus faginea*. Outras espécies que faziam parte destas associações eram, *acer pseudoplatanus*, *arbutus unedo*, *quercus coccifera*, *corylus avellana*, *ilex aquifolium*, *prunus lusitanica*, *laurus nobilis*, *viburnum tinus* e *rhamnus alaternus*. Nos vales, junto às linhas de água instalavam-se *fraxinus angustifolia*, *salix atrocinerea*, *alnus glutinosa*, *frangula alnus* e *sambucus nigra*<sup>28</sup>. A vegetação referida pode ainda ser encontrada na serra de Sintra, mas não nas suas associações originais.

A partir do século XV, com a eleição da serra de Sintra para refugio e veraneio da alta sociedade começam a ser introduzidos na paisagem elementos como palácios, chalets, quintas, mosteiros e conventos que, com a sua envolvente, a alteraram até ao séc. XIX. A introdução de espécies exóticas iniciou-se no séc. XVI, quando D. João de Castro introduz na sua quinta da Penha Verde *cupressus lusitanica*, *myrica faya* e *pinus sp.* Sobre um solo despido pela agricultura e pecuária de outrora, a nova vegetação singrou como se ali tivesse sempre pertencido. O apreço pelas espécies exóticas iniciado por esta altura com os descobrimentos leva a que o mesmo se repita nos séculos seguintes nos jardins e parques das quintas e “villas” dos aristocratas e burgueses abastados que passaram a frequentar Sintra. No século XIX, D. Fernando II, elabora um projeto para o parque da pena, em que introduz espécies de vários pontos do mundo. Em 1839 foram plantadas *fraxinus excelcior*, *acer platanooides*, *araucaria cuniinghami*, *abies alba*, *pinus larix*, *aesculus hippocastanum*, *castanea vesca*, *juglans regia*, *figus carica*, *prunus cerasus*, *fagus sylvatica*, *robinia pseudoacácia*, *prunus laurocerasus*, *cercis siliquastrum*, *pinus cedrus*, *ceratonia siliqua* e *cupressus sempervirens*. A primeira remessa de camélias veio de Paris em 1847<sup>29</sup>. É durante estes séculos que se desenvolve a exuberante vegetação ao estilo Romântico da serra de Sintra sobre um terreno já despido pela ação antrópica. A utilização humana deste território terá tido início já no Neolítico com o aparecimento da agricultura e pecuária. A vegetação ripícola da ribeira de Colares foi completamente destruída, em todos os terrenos mais ou menos aráveis foram plantados pomares e hortas, e nas dunas instalaram-se os vinhedos do famoso vinho de Colares. As encostas mais íngremes ficaram reservadas para o pastoreio e foram sempre sujeitas a queimadas pastoris, ao corte de lenhas e à roça de mato<sup>30</sup>.

A ação antrópica com consequências mais graves, no âmbito científico, estético e turístico, foi a reflorestação no século XX<sup>31</sup>. Desde 1966, a serra tem sido afetada por inúmeros incêndios que destruíram grande parte dessa vegetação. O repovoamento florestal introduziu *pinus pinaster*, *eucalyptus globulus* e *acacia melanoxylon*, que hoje são consideradas espécies invasoras e

<sup>28</sup> Câmara Municipal de Sintra [Web Page] « [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt) » Accessed Setembro 2012.

<sup>29</sup> *Idem ibidem*.

<sup>30</sup> PINTO DA SILVA, A.R. - *A flora da serra de Sintra*. Lisboa: Museu, Laboratório e Jardim Botânico, 1991.

<sup>31</sup> *Idem ibidem*.

apresentam problemas para grande parte das espécies existentes<sup>32</sup>. Outras espécies com carácter evasivo que surgem como um problema por toda a serra são o *pittosporum undulatum*, *sollya fusiformis* e *carpobrotus edulis*, introduzido para a fixação de dunas<sup>33</sup>.

Em 1991 a serra apresenta 901 espécies autóctones com 51% de mediterrânicas, 11% de atlântico-mediterrânicas e 5% de espécies atlânticas. Das 149 plantas introduzidas 32% são da América, 24% são euro-asiáticas, 15% mediterrânicas e macarronésicas, 11% capenses, 7% da Austrália, 8% são tropicais e as restantes são de pátria ignota. Quanto à tipologia, a flora da serra de Sintra é composta por 28% de espécies anuais, entre elas 50% estivais e 43% primaveris, 27% de árvores e arbustos, entre estes 33% estivais e 35% primaveris, 20% de herbáceas vivazes, com 53% de primaveris e 47% de estivais, 16% de bolbosas, com 54% de estivais e 33% de primaveris, e apenas 8% de subarbustos na sua maioria primaveris<sup>34</sup>.

### 1.1.2. Análise da qualidade visual da paisagem



A elevação do terreno a cerca 300 metros de altura, faz da serra de Sintra o elemento mais presente na região. Limitada a oeste pelo majestoso cabo da Roca, é há muito uma referência importante do ponto de vista da navegação, e prenúncio de chegada a uma terra fértil. Foi por isso uma terra convidativa à instalação humana, que com o decorrer do tempo deixou testemunhos de diferentes tempos e diferentes povos, deixando a descoberto a história de uma

evolução cultural que é hoje em dia reconhecida a nível mundial.

A proximidade da corte e a sua identificação como *locus amenus* fez deste, um lugar de eleição dos nobres portugueses: “*Perto da cidade principal da Lusitânia está uma graciosa aldeia que (...) foi sempre o sítio escolhido para desvio da corte e voluntário desterro do tráfego dela, dos cortesãos que tinham ali quintas, amigos ou heranças (...)*”<sup>35</sup>.

Passaram por Sintra alguns visitantes que deixaram gravada a descrição da paisagem que puderam observar. No fim do séc. XVIII, H.F. Link escreveu: “*(...) o lado sul (...) é árido, despido, queimado, compõe-se de rochedos nus amontoados e tem um aspecto deserto, selvagem e triste. Mas como tudo muda, quando se dá a volta e se entra na vila de Sinta pelo lado norte da serra! (...)*”

<sup>32</sup> Câmara Municipal de Sintra [Web Page] « [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt) » Accessed Setembro 2012.

<sup>33</sup> PINTO DA SILVA, A.R. - *A flora da serra de Sintra*. Lisboa: Museu, Laboratório e Jardim Botânico, 1991.

<sup>34</sup> *Idem ibidem*.

<sup>35</sup> LOBO, Rodrigues - *Corte na aldeia*. In: RIBEIRO, Céu – *Guia Sintra*. 1ª ed. Sintra: Texto Editores Lda, 2007. ISBN 978-972-47-3778-2.

*quintas encantadoras que aqui ostentam as mais belas árvores, com carvalhos de vários tipos, pinheiros, limoeiros e árvores de fruto, formando uma floresta cheia de sombras (...)*<sup>36</sup>. Em 1800, C.I. Ruders escreve: “(...)O panorama que a Natureza ali oferece é, em si próprio tão variado que não há artista com forças para abrangê-lo ou copia-lo no seu conjunto (...)<sup>37</sup>. Em 1853, no guia de Lisboa podia ler-se sobre Sintra: “(...) Do lado sul o solo é árido e requeimado (...) Com tudo, (...), ahi se encontram prados de animada vegetação, searas de trigo e milho, mas poucas árvores, que pela maior parte são oliveiras e sobreiros (...)<sup>38</sup>.

O lado saloio da serra desenvolveu assim uma paisagem única pela sua vegetação diversificada entre escarpas de rochas graníticas. É formada por jardins e parques com uma flora exuberante, num desenho e criação influenciada por correntes artísticas e literárias apresentando pontos de desenvolvimento de diversas e sucessivas culturas. “ *Sintra é o único local do país em que a História se fez jardim*<sup>39</sup>. O resultado é vigoroso e comovente, no sentido em que recorre ao grau mais assertivo dos sentimentos.

No seio desta grandiosidade está uma rica pobreza, num ermo recatado da serra plantou-se o convento dos capuchos. A harmonia que estas paredes partilham com a natureza está intimamente ligada ao estilo de vida ditado por S. Francisco de Assis. Este tinha, mesmo que invulgar para a sua altura, uma íntima relação com o mundo natural, assumindo uma comunhão com a natureza.

Da união destes valores com o voto de vivência em austeridade resultou este monumento, que inserido numa paisagem grandiosa, tem também a sua grandiosidade pelo espírito que o habitou. Foi a humildade quase inconcebível aqui vivida que fez com que este espaço despertasse atenções desde que foi levantado. Qualquer visitante fica estarrecido com o sacrifício aqui impresso. É um exemplo sem igual.

O convento é uma exceção na serra de Sintra, um local vedado às transformações culturais que ocorreram durante séculos. Sobreviveu à desflorestação pela agricultura, silvicultura e pastoreio, o contraste de densidade vegetal pode ver-se na seguinte figura 5, e guardou-se dos luxos que decoravam os novos jardins de Sintra nos séculos seguintes. Os frades guardaram a sua cerca das plantações não naturais, e por isso, hoje em dia, este é o local que melhor representa a vegetação primitiva da serra de Sintra, mesmo contendo algumas espécies não pertencentes á flora inicial, que terão sido plantadas posteriormente ao abandono do convento pelos frades.

<sup>36</sup> LINK, Heinrich Friedrich - *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. s.l. textos BN, s.d.

<sup>37</sup> RUDERS, Carl Israel - *Viagem em Portugal*, 1798-1802, vol. I. s.l. textos BN. s.d.

<sup>38</sup> BORDALO, J. J. - *Novo guia do viajante em Lisboa e seua arredores, Cintra, Collares e Mafra*. 2ª ed. Lisboa: Typographia universal, 1863.

<sup>39</sup> FERREIRA, Virgílio - *Louvar Amar*. In. RIBEIRO, Céu – *Guia Sintra*. 1ª ed. Sintra: Texto Editores Lda, 2007. ISBN 978-972-47-3778-2.

## 1.2. CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

### 1.2.1. Contexto social



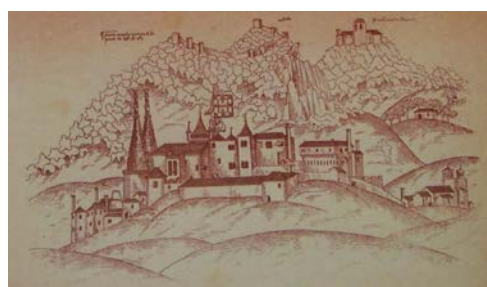
F.5. Ilustração "Cork Convent near Cintra", 1832  
Fonte: Arquivo histórico de Sintra

O convento de Santa Cruz da Serra de Sintra deve a sua construção a um voto de D. João de Castro, IV vice rei da Índia: "*Devotissimo da Cruz, cujo sinal adorava com inclinação profunda sem diferença de lugar, ou tempo. E tão religiosamente ardia no culto deste sinal sanctissimo, que quiz mais lavrar templo a sua memoria, que fundar casa a sua posteridade, deixando como em piedosa benção a seu filho Dom Alvaro, que na graça, ou justiça dos*

*Reys achasse alguma gratidão de seus serviços, do premio delles edificasse na serra de Sintra hum convento de Recoletos Franciscanos, advertindo, que com a invocação da Cruz se titulasse a Casa*"<sup>40</sup>. D. João morre em 1548 deixando a tarefa para o seu herdeiro, D. Álvaro de Castro, que faz com que se cumpra o voto de seu pai ainda em meados do século XVI.

Nesta centúria Sintra tinha-se restabelecido como importante centro cultural, a província de corte que já tinha sido outrora. Este facto deve-se às intervenções de D. Manuel que tinha um especial apreço pela vila, como relata Damião de Gois: o rei vinha "(...) a Syntra ter o Verã, por ser hú dos lugares da Europa mais frescos, & alegre para qualquer Rei, Principe, & senhor poder nelle passar o tal tẽpo, porq alẽ dos bõs ares, q de sim lâça aqlla serra, chamada pelos antigos Promõtório da lua, hà nella muita caça de veados, & outras alimárias, & sobre tudo muitas, & muito boas frutas de todo ho genero das q se em toda a Hispanha podem achar & has milhores fontes dagoa, & mais fria de toda a Estremadura, às quaes cousas todas acrescenta ho sabor, hos magnificos paços, que no mesmo lugar hos Reis tem, para seu aposento, & dos q cõ elles ali vam (...)"<sup>41</sup>. O monarca executou várias obras na vila, dando ao espaço o seu espirito ostentoso e luxuoso. Sintra ficou enaltecida de tal forma que eram frequentes os saraus literários, obras artísticas e arquitetónicas, e diversos acontecimentos de natureza política<sup>42</sup>.

Com a corte e a aristocracia instalada em Sintra nos meses de verão, surgem os elementos arquitetónicos pela serra. Em 1503 D. Manuel manda construir um modesto convento no cimo do monte da Pena. O caminho, em rampa inclinada entre os rochedos, era difícil de percorrer, e o sitio, ermo, como se exige a uma casa que recolhe monges. Os luxos do rei não têm aqui exemplo,



F.6. Ilustração de uma vista de Sintra, de Duarte de Armas, 1507. Pode ver-se na base o ostentoso Paço Real, com uma nova ala manuelina, e no cume direito o mosteiro de N. S.<sup>ª</sup> da Pena.

<sup>40</sup> ANDRADE, Jacinto Freire de - *vida de D. João de Castro quarto Viso-Rey da Índia*. 1651. *op.cit.* p. 318.

<sup>41</sup> GOES, Damião de - *Chronica de El-Rei D. Manoe*. In. SERRÃO, Vítor – *Sintra*. Lisboa: Presença, 1989. p.18.

<sup>42</sup> Câmara Municipal de Sintra [Web Page] « [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt) » Accessed Setembro 2012.

no entanto, a dimensão do edifício seria significativa e receberia romarias das povoações em tom de festa<sup>43</sup>. As comodidades destes monges ultrapassavam as que mais tarde se sentiram no convento dos capuchos, a pouca distância dali. O lugar de implantação “(...) *donde se descobre o mar com vista muito dilatada (...)*”<sup>44</sup> revela a permanência de uma vertente mística e espiritual evidenciada desde a primeira fase de ocupação humana neste território.



F.7. Ilustração do mosteiro da Pena, 1839, por G. Vivian  
Fonte: aminhasintra.net

As condições biofísicas fizeram deste, um lugar com uma longuíssima duração de sacralização. A elevação do complexo, com termo abrupto no mar, e a permanente neblina que cobre a serra, conferem ao espaço uma dimensão física que incentiva à imaginação: “(...) *uma longa série de nuvens soltas, de uma alvura deslumbrante, suspensas a pouca altura do mar, produziam um efeito mágico, e nos tempos do paganismo tomá-las-iam, sem grande esforço de fantasia, pelos carros das divindades marinhas, que acabavam de surgir do seio do seu elemento (...)*”<sup>45</sup>.



F.8. Ilustração da quinta da Penha Verde Fonte: Portugal or the young travellers, Londres, 1830

Em 1542 D. João de Castro recolhe à sua quinta da Penha Verde, “(...) *aquí se recreava com hua estranha e nova agricultura, cortando as árvores que produziam fruto, e plantando em seu lugar arvoredos silvestres e estéreis, quiçá mostrando que servia tão desinteressado que nem da terra que agricultava, esperava paga de benefícios*”<sup>46</sup>. Não se apresentavam grandes obras arquitetónicas, “(...) *bastava-lhe a maravilhosa paisagem que dos seus numerosos miradouros naturais se podia disfrutar*”<sup>47</sup>. Do carácter do nobre dizia-se ser

muito humilde: “*Fez brio de merecer tudo, & de não pedir nada [...]* Os donativos, que recebia dos Príncipes da Asia, mandava carregar na fazenda Real, virtude, que louvarão todos, imitarão poucos”<sup>48</sup>. Este traço da sua personalidade e admiração pelas coisas da natureza terá determinado a vontade de construir vários pontos de meditação e oração na serra de Sintra. Numa das suas últimas cartas ao rei pedia que lhe fossem concedidas algumas terras que faziam fronteira com a sua quinta. Em resposta, em 1547, o infante D. Luís diz: “(...) *confiai em Deus que vos dará força para poderdes com os grandes trabalhos e desordens da Índia, e eu espero nele que fazendo-o vós assi, venhais encher estes picos da Serra de Sintra de Ermidas (...)*”<sup>49</sup>.

Visto o desapego pelos bens materiais do mandante da construção desta casa, compreende-se que os seus destinatários sejam integrantes de uma ordem que vive com os valores da pobreza e comunhão com a mãe-irmã natureza<sup>50</sup>. Francisco Caldeira Cabral considera a Penha Verde e os Capuchos como obras únicas e adiantadas em cerca de dois séculos em relação a outros povos da

<sup>43</sup> ARAÚJO, Ilídio Alves de - *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. vol. I. Lisboa, 1962. p.76.

<sup>44</sup> *Idem ibidem*, op. cit. p. 76.

<sup>45</sup> BECKFORD, William. In. RIBEIRO, Céu – *Guia Sintra*. 1ª ed. Sintra: Texto Editores Lda, 2007. ISBN 978-972-47-3778-2.

<sup>46</sup> ARAÚJO, Ilídio Alves de - *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. vol. I. Lisboa, 1962. op. cit. p.81.

<sup>47</sup> *Idem ibidem*. op. cit. p.82.

<sup>48</sup> ANDRADE, Jacinto Freire de - *vida de D. João de Castro quarto Viso-Rey da Índia*. 1651. p. 318

<sup>49</sup> ARAÚJO, Ilídio Alves de - *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. vol. I. Lisboa, 1962. op. cit. p.82.

<sup>50</sup> Mãe-irmã-Natureza, expressão utilizada por Frei Miguel de Negreiros.

Europa, ao contrário do que acontece com a história geral do jardim português, por se tratar de obras de conceção naturalista. E *“nunca mais, e em parte nenhuma se conseguiu um equilíbrio tão perfeito e uma unidade tão completa entre a obra do homem e da natureza, (...) elevando ambos, Natureza e Homem, ao plano divino da criação dentro do conceito católico e franciscano. Não pretendíamos imitar artificialmente a natureza, mas apenas integrar com raro instinto, na nossa obra, as belezas naturais que encontrámos, fossem elas uma fraga, um velho carvalho ou um vasto panorama”*<sup>51</sup>.

Como não podia deixar de ser, tendo em conta o misticismo do lugar, existe uma lenda que conta a história da escolha do sítio onde foi materializado o convento: diz-se que D. João III, durante um dia de caça *“(...)querendo-se defender dos adustos rayos do sol, que pela actividade com que ferião, mostravam querer converter o alívio em molestia, procurou a lapa, que neste lugar tinha deputado a natureza, para refúgio em semelhantes occasioens; e quanto mais a sua ancia se via saciada com o fresco que gozava, adormeceu; e em sonhos, qual outro Jacob em Bethel, se lhe representou, que via naquella concavidade a Sagrada Cruz de Christo adorada, e reverenciada de grande multidão de Anjos. Despertou muito alegre, sendo as lagrimas nos olhos as melhores vozes, com que manifestava a excessiva alegria do coração, que quando ella he desta qualidade, também com lágrimas se explica (...) o mesmo Rey não menos satisfeito, que gostoso, referio o sonho aos fidalgos, que lhe assistião, entre os quais estaria sem dúvida D. João de Castro (...) Pelo que ordenando o dito D. João de Castro a seu filho, que desta lapa fizesse huma Igreja, dedicada à Sacro-santa Cruz”*<sup>52</sup>.

Assim, a obra é concretizada em 1560<sup>53</sup> por via de uma arquitetura despojada até ao limite da sobrevivência onde os habitantes viviam com base na pobreza e mortificação. Como refere Ruders em princípios de Setembro de 1800, *“é feio e insignificante. (...) privados de comodidades de vida, pelo facto de passarem os seus dias neste missérmo convento”*<sup>54</sup>. O edifício é construído utilizando os penedos como estrutura, algumas dependências estão incorporadas neles e em locais escavados na rocha:

*“Vê agora sem arte e sem estudo  
Sem planta, medição, engenho, e risco  
A caza de Francisco,  
O recinto, o portal, a Igreja, e tudo  
Duros penedos são aproveitados  
Alli pela mão próvida espalhados”*<sup>55</sup>.

Com o passar do tempo o convento dos Capuchos ganhou um lugar na curiosidade e admiração de importantes membros da sociedade. Isto fez com que somasse dependências e elementos decorativos, e permitiu aos frades passar a assegurar antecipadamente os seus

<sup>51</sup> CABRAL, Francisco Caldeira - *Fundamentos da Arquitetura Paisagista, Jardins de Portugal*, 1943. In. Francisco Caldeira Cabral [Web Site] «2008 <http://proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/ambiente/em-defesa-da-paisagem-continental/>» Accessed Setembro 2012.

<sup>52</sup> Piedade, Frei António da - *Crónica da Província da Arrábida*, 1728. In. GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005. *op.cit.* p.7.

<sup>53</sup> Letreiro em pedra - *“D. Alvaro de Castro, do Concelho de Estado, e Vedor da Fazenda d'El-Rei D. Sebastião, fundou este convento por mandado do Vice-Rei D. João de Castro, seu pae. Anno de 1560.[...].”* In. CUNHA, António A. R. da - *Cintra pituesca ou memória descritiva das villas de Cintra e Collares e seus arredores*. 1ª ed. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal, 1905. p. 95.

<sup>54</sup> RUDERS, Carl Israel - *Viagem em Portugal, 1798-1802*, vol. I. s.l. textos BN. s.d.

<sup>55</sup> *A serra de Cintra*. 12ª estrofe. Lisboa: Régia, 1814.

mantimentos a partir dos favorecimentos régios. Nesta altura a igreja ocupava um lugar de topo na sociedade integrando o quotidiano dos crentes é nos anos de quinhentos que são criados os processos inspirados em modelos assistenciais. À nobreza cabiam as generosas doações e a construção de pequenos legados na casa de Deus. As capelas nas igrejas paroquiais e conventos surgem como afirmação de uma família ou linhagem: “*Os soberanos naturaes, gratos à protecção do braço divino, haviam assignalado a sua piedade desde Affonso I em monumentos grandiosos, enriquecendo os mosteiros, as cathedraes, e a milícia das ordens de cavallaria religiosa (...)*”<sup>56</sup>. O investimento na mesma casa por famílias diferentes sugere a existência de ligações e interesses em comum. “*Não é possível contabilizar o número de capelas instituídas por nobres, mercadores e notáveis (...) mas os efeitos desta prática difusa são evidentes quer no enraizamento social da Igreja quer na sua «apropriação» pelas elites, que adquirem assim um poder clientelar na colocação dos capelães e na relação privilegiada com certas ordens religiosas*”<sup>57</sup>. Apesar da pobreza associada ao convento dos Capuchos de Sintra, este não ficou por fora das oferendas. O cardeal – rei D. Henrique foi uma das figuras notáveis a deixar o seu legado no convento mandando erguer uma capela dedicada ao Cristo. A capela da Paixão terá sido construída por algum aristocrata. Os favores régios estiveram nesta casa desde o reinado de D. João III ao de D. João V, com exceção da dinastia filipina<sup>58</sup>.

Com o início do reinado espanhol a corte abandona Sintra e a vila entra num período de inatividade e abandono que perdura até à segunda metade do século XVIII.

O edifício é habitado até à extinção das ordens religiosas na primeira metade do século XIX, época em que o estatuto de instância de veraneio é recuperado pela vila. Francis Cook, um dos viajantes responsáveis pela transformação romântica da paisagem da serra de Sintra, compra a propriedade abandonada e será o responsável pela introdução e espécies exóticas na cerca do convento. No entanto, este é possivelmente o testemunho mais representativo da vegetação primitiva da serra de Sintra, que pelo seu estado de conservação, constitui um importante valor natural, cultural e científico<sup>59</sup>.

### 1.2.2. A Ordem dos Frades Menores

A Ordem Franciscana, mais concretamente a Ordem dos Frades Menores, tem origem nos ensinamentos de São Francisco de Assis.

Francisco, filho de Pedro Bernardone e Donna Pia, nasce em Assis em 1181, teve uma infância despreocupada, apesar das guerras entre as repúblicas mercantes que o rodeavam e do fosso entre classes sociais. No seio de uma família de posses, vive os seus dias entre as luxurias da cidade. Depois da guerra entre Assis e Perusa, parte numa expedição a Apúlia, de onde regressa, após um sonho, e passa a adotar uma vida recatada, marcando uma viragem radical nos seus ideais.

<sup>56</sup> REBELLO DA SILVA, Luís Augusto - *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, Tomo V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871. p.308.

<sup>57</sup> BETHENCOURT, Francisco – Os equilíbrios sociais do Poder, A Igreja. In. MATTOSO, José - *Historia de Portugal*, vol. III. 1ª ed. em português. s.l. Círculo de Leitores, Dezembro 1993. 9 volumes. p.153.

<sup>58</sup> Câmara Municipal de Sintra [Web Page] « [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt) » Accessed Setembro 2012.

<sup>59</sup> GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005.

Nesta altura era frequente o contraste entre a palavra evangélica dos pregadores e o esquecimento da mesma durante o comportamento quotidiano da população. É precisamente esta incongruência que o inspira, determinando o seu futuro. Renunciando á sua herança, procurou uma vida errante, distinta das ordens religiosas da época<sup>60</sup>. Apesar do apelo à caridade, humildade e desapego pelos bens materiais, pregado pela igreja, os monges enclausurados viviam com grandes privilégios, e a instituição exercia um papel preponderante junto dos órgãos de poder, além de gozar da confiança e dedicação total do povo.

É em três passagens da bíblia que, segundo António José Saraiva, São Francisco encontra os primeiros princípios da sua Regra, “A primeira passagem (...) dizia: “Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que possuis, dá-o aos pobres e terás um tesouro no Céu.” A segunda dizia: “Não leveis nada pelo caminho.” A terceira dizia: “Quem quiser vir após mim, renuncie a si mesmo”<sup>61</sup>. A estes somou-se uma intensa relação com a natureza, invulgar na época, procurando uma convivência com todos os seres naturais e exortando literalmente aos mesmos a louvarem a Deus, tornando-o no santo patrono do meio ambiente e dos animais.

No século XIII é aprovada a Regra de vida da Ordem dos Frades Menores e no mesmo século chegam a Portugal os primeiros frades<sup>62</sup>. A aceitação da nova ordem não foi fácil, a igreja instituída na altura não reconhecia o novo estilo de vida.

A regra exige que os frades que a integram sejam amáveis, pacíficos, modestos, mansos, humildes e honestos. Não devem aceitar dinheiro para si, e mesmo trabalhando devem receber como recompensa apenas o suficiente para o corpo. Devem ser peregrinos, forasteiros e dedicar-se às esmolas, no entanto, o ofício da pregação tem que ser atribuído pelo ministro da fraternidade. Os frades não podem apropriar-se de nada e devem guardar-se da soberba, inveja e avareza<sup>63</sup>.

Os valores franciscanos dizem-nos que, como ser no mundo, o humano está forçosamente em comunicação com o mundo natureza, por isso deve viver lado a lado com ela, e não impor-se como criador. É legítima alguma técnica face ás barreiras impostas pela própria no combate pela sobrevivência do ser, mas sem o exagero da ganancia que desliga o Homem da Irmã Mãe Natureza<sup>64</sup>. Frei Miguel de Negreiros deixou claro: “ O nosso relacionamento com a Natureza é de simpatia, de admiração, de comunhão celebrativa, de gratidão, sem domínio nem possessão, vendo, como num espelho, nos outros seres criados, mesmo irracionais, inanimados e insensíveis, o reflexo da sublime dignidade humana e da infinita Beleza de Deus”<sup>65</sup>.

Ainda no século XIV surgiram algumas reformas na Igreja, fomentadas pelo concílio ecuménico de Viena. Em muitos institutos religiosos surge o movimento da Observância, na ordem franciscana levou à distinção de duas correntes, a claustra e a observância. Os primeiros viviam em conventos amplos praticando a Regra com muitos privilégios, era o estilo conventual português em

<sup>60</sup> Editorial Franciscana [Web Site] «<http://www.editorialfranciscana.org>» Accessed Julho 2012.

<sup>61</sup> SARAIVA, António José - *A Cultura em Portugal, Teoria e História – Livro II, Primeira Época: A Formação*. Lisboa: Gradiva, 1991. p.279.

<sup>62</sup> Editorial Franciscana [Web Site] «<http://www.editorialfranciscana.org>» Accessed Julho 2012.

<sup>63</sup> Regra Bulada, Documents and News from the First Order of the Society of Saint Francis. In. EDNA [Web Site] «<http://www.gensec-ssf.org/Free/Documents/Manual/Manual%20-%20Portuguese/13-Regra%20bulada.pdf>» Accessed Maio 2011.

<sup>64</sup> NEGREIROS, Frei Miguel de. In. *Cadernos de Espiritualidade Franciscana*, nº 2, pp. 38-44. Conferência pronunciada no Curso Complementar de Formação Franciscana sobre *Vida Franciscana e Ecologia*. Fátima, Julho de 1994. In. Franciscanos Capuchinhos [Web Site] « 2012 [www.capuchinhos.org](http://www.capuchinhos.org)» Accessed Setembro 2012.

<sup>65</sup> *Idem ibidem*.

meados deste século. Os observantes cumpriam a observância integral da Regra. Privilegiavam a oração mental por isso os conventos eram simples em sítios ermos em meios rurais<sup>66</sup>.

Em setecentos, na altura de Marquês de Pombal, durante a criação da primeira Constituição Portuguesa, planeava-se reduzir o excessivo número de conventos no país<sup>67</sup>. Surgindo o problema das despesas de guerra, Manuel de Macedo apresenta um projeto de lei, lembrando que os terrenos dos conventos do país seriam suficientes para as pagar, manifestando a inutilidade das ordens religiosas e a sua incoerência com o liberalismo<sup>68</sup>. Após a vitória liberalista sobre o absolutismo, a pacificação do país é conseguida com a assinatura da Convenção de Évora Monte, em 1834, impondo-se aqui regras radicais que garantiam a irreversibilidade do processo liberal, entre elas esteve, claro, a extinção das ordens religiosas. Os conventos foram abandonados e os bens tornados pertença do estado<sup>69</sup>.

### 1.3. PERCURSO INTERPRETATIVO

O caminho para o convento fazia-se pelo lado de Colares, onde, ainda hoje se pode encontrar um marco datado de 1650: “*Caminho para o convento de Santa Cruz da Serra, vulgo Capuchos*”<sup>70</sup>. E “*(...)entre mattos denfos, penedos altos, e fylveftres arvores, que nefte feu mayor retiro produz a serra mais copiofa, eftá fituado efte conventinho (...)*”<sup>71</sup>.



F.9. Construções em pedra encimadas por cruz (laterais)  
Fonte: soscapuchos.blogspot.pt, acedido em 09.2012

A entrada na cerca faz-se por duas passagens para um terreiro cujo muro circundante insere três construções em pedra encimadas por uma cruz, representando o calvário, onde Cristo foi crucificado entre dois homens comuns. As passagens fazem-se por duas das três construções, é pelas duas cruzes laterais que se pode entrar, e não pela central, pela via do Redentor. O caminho duplo repete-se novamente no escadatório de cada cruz, este sistema representaria a escolha de um caminho, não

necessariamente ligado ao bem e ao mal, mas referindo o livre arbítrio e liberdade de escolha. Já no terreiro está um plátano de grande porte que deverá ter cerca de 200 anos, terá sido, então, plantado ainda na época em que o convento era habitado. Numa visita em 1789, Beckford terá registado: “*Diante da porta, que é formada por dois fragmentos de um grande rochedo, fica um terreiro de relva macia rosado pelas vacas. O tilintar das suas campainhas encheu-me de*



F.10. “Terreiro do Sino”  
Fonte: soscapuchos.blogspot.pt

<sup>66</sup> Editorial Franciscana [Web Site] «<http://www.editorialfranciscana.org>» Accessed Julho 2012.

<sup>67</sup> SOTTO-MAYOR, D. Miguel - *História da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*. Braga: Typographia Lusitana, 1889.

<sup>68</sup> *Idem ibidem*.

<sup>69</sup> MATTOSO, José - *História da Portugal*. 1ª ed. em português. Círculo de Leitores, 1993.

<sup>70</sup> GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005.

<sup>71</sup> PIEDADE, Frei António da - *Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida*. 1728.

*ideias rurais*<sup>72</sup>, tudo indica que será este terreiro. Para passar ao terreiro seguinte atravessa-se o “Pórtico das Fragas” formado por dois grandes rochedos. Subindo uma nova escadaria volta a encontrar-se a referência à cruz, no “Terreiro do Sino”.

Passando ao “Terreiro da Fonte” onde terá estado “(...) *um jardim de buxo (...) e assentos à roda (...)*”<sup>73</sup> podemos encontrar uma fonte decorada com azulejo, datado do início do século XVII. A azulejaria é uma técnica marcante da arte portuguesa nesta época, e é no século de seiscentos que surge a moda da ornamentação geométrica policrómica<sup>74</sup>, como é exibido nesta fonte.



F.11. Ilustração do século XIX do “Terreiro da Fonte”  
Fonte: Publicação “Jardim Litterario”, 1848.  
in, soscapuchos.blogspot.pt

Além do azulejo, a fonte apresentaria composições em embrechados de conchas, porcelanas e pedras multicoloridas, decoração resultante dos contatos com o Oriente, com o seu mais significativo exemplo, em Portugal, nos jardins do Palácio Fronteira<sup>75</sup>. Ao centro está um nicho que teria uma imagem da qual não foram encontradas referências da sua representação<sup>76</sup>. A bacia ovalada e a bica são de granito. De cada lado da fonte, estão duas mesas de pedra incluindo dois bancos de alvenaria forrados com a mesma pedra.

Em frente, “(...) *fe oferecem à vifta quatro portas; duas de dous confeffionarios, huma da Portaria, e outra da Igreja (...)*”<sup>77</sup>. Mais tarde foi edificada, por algum aristocrata, do lado direito do telheiro da portaria, a “Capela da Paixão”, e será certamente posterior a 1728, data em que foi escrita a *Crónica da província da Arrábida*, onde não há nenhuma referência à sua existência na descrição do mesmo telheiro, como pode ler-se na transcrição acima. Porém, calcula-se que seja do século XVIII pela datação dos azulejos com que é decorada<sup>78</sup>. A expressão do azul e branco surge no final deste século sob a influência da porcelana chinesa e do azulejo holandês, já visto como forte adversário da pintura<sup>79</sup>. Ainda neste espaço está um nicho central decorado com embrechados, onde estaria uma imagem de madeira representando Maria Madalena<sup>80</sup>.

Passando a portaria “(...) *facilita a entrada hum corredor de oito palmos de comprido, e cinco de largo que (...) guia para hum, curiofo jardim de murtas, e várias flores, e em lugar eminente fe admira huma Ermida (...)*”<sup>81</sup>. Esta seria a porta de entrada para o convento para aqueles que tinham o privilégio de lá poder entrar. O jardim é o claustro rodeado por canteiros de pedra, onde está uma fonte de forma octogonal ao centro, em alvenaria.

<sup>72</sup> RUDERS, Carl Israel - *Viagem em Portugal*, 1798-1802, vol. I. s.l. textos BN. s.d. p.340

<sup>73</sup> JORDAM, Francisco de Almeida - *Relação do castello e serra de Cintra e do que ha que ver em toda ella*. 2ªed.Coimbra: officina de Francisco Luiz Ameno, 1874.

<sup>74</sup> PEREIRA, Paulo (coordenador), *Grandes temas da nossa história – história da arte portuguesa, vol. III*. s.l. Circulo de Leitores, 1995.

<sup>75</sup> ALBERGARIA, Isabel Soares de - *Os Embrechados na Arte Portuguesa dos Jardins*. In. ARQUIPÉLAGO. História, 2ª série, vol.2. s.l., Universidade dos Açores, 1997.

<sup>76</sup> GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005.

<sup>77</sup> PIEDADE, Frei António da - *Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida*, 1728.

<sup>78</sup> GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005.

<sup>79</sup> PEREIRA, Paulo (coordenador) - *Grandes temas da nossa história – história da arte portuguesa, vol. III*. Circulo de Leitores, 1995.

<sup>80</sup> GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005.

<sup>81</sup> PIEDADE, Frei António da - *Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida*, 1728.

A capela referida é a capela do Senhor do Horto, mandada construir pelo Cardeal - Rei D. Henrique em 1580, onde se apresentam dois frescos, cuja autoria se atribui a André Reinoso<sup>82</sup>. Na descrição do convento de Vitor Serrão inclui-se um poema de um pequeno livro manuscrito sem autor e sem data que refere estes frescos:

*“Pella mão de Reinozo estão pintadas  
muytas figuras de estranha excellência,  
tão ricas, tão perfeitas e acabadas,  
que não pode ahy auer mór eminência.  
Apelles e as mãos mais celebradas  
que nesta arte mostrarão mais sciencia  
mais sublimada couza e mais divina”<sup>83</sup>.*



F.12. Ilustração do claustro de 1840, por Célestine-Brelaz. Fonte:aminhasintra.net

Aqui há uma pequena dependência onde os frades se ocupariam a produzir medicamentos, o *herbolarium*, assim pode admitir-se que as flores referidas por frei António da Piedade seriam de plantas medicinais. Ilídio Araújo, analisando pinturas desta época conclui que os canteiros eram geralmente utilizados na plantação de hortícolas ou de plantas medicinais, aromáticas ou com outros benefícios<sup>84</sup>.

A partir do claustro abrem-se caminhos pelo bosque onde pode encontrar-se uma vegetação densa e frondosa. Entre ela, está um pequeno ermitério que guarda a imagem de Cristo de mãos atadas, o *Ecce Homo*. “Em outro lugar da Cerca muito mais levantado, fe venera a Sagrada Imagem de Chrifto Crucificado, entre dous penedos (...)”<sup>85</sup>, desta capela constituída por dois enormes penedos, restam apenas as estruturas de rocha. Este é um local privilegiado na cerca pela sua relação com as vistas, convidando à abstração e meditação, terão sido essas características a razão da escolha do lugar da capela.

De novo no claustro, existe uma passagem à zona onde seriam as hortas. Os espaços estão dispostos em patamares suportados por muros de pedra, estes acompanhados por caleiras de alvenaria que conduzem a água de rega, a partir de dois tanques que se encontram nesta zona.



F.13. Ilustração do convento no século XIX, pelo Reverendo W. M. Kinsey, *Portugal Illustrated in a Serie of Letters*, in. Soscapuchos.blogspot.pt

Nas paisagens mediterrânicas, dada a necessidade de rega das áreas de produção, é comum o terraceamento das terras em tabuleiros planos separados por socalcos suportados por muros de encosto onde existem frequentemente tanques de armazenamento de águas, por sua vez associados a complexos sistemas de rega<sup>86</sup>. Em Sintra os valores de humidade na época estival são muito superiores aos registados numa paisagem mediterrânica, como visto anteriormente, no entanto, os frades terão

<sup>82</sup> GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005.

<sup>83</sup> SERRÃO, Vitor - *Os frescos seiscentistas do Convento dos Capuchos*, 1982.

<sup>84</sup> ARAÚJO, Ilídio Alves de - *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, vol. I. Lisboa, 1962. p.65.

<sup>85</sup> PIEDADE, Frei António da - *Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida*, 1728.

<sup>86</sup> ARAÚJO, Ilídio de - *Quintas de Recreio*. Braga, 1974. p.9.

sentido necessidade de abastecer de água as suas hortas. Sendo este o sistema de rega comum às quintas de recreio em Portugal por esta altura<sup>87</sup>, foi também utilizado no convento dos capuchos de Sintra, na figura 13 podem ver-se os socalcos, este ponto de vista não é possível nos dias de hoje devido ao desenvolvimento da vegetação.

Não foram encontrados registos das variedades de hortícolas aqui produzidas, mas no ordenamento das quintas, cercas e tapadas deste tempo, era comum incluir a cultura arvense, os prados, pomares, vinhas, matas e folhas de cultura<sup>88</sup>. Os frades franciscanos não teriam plantações com fim ornamental, mas é possível que existissem árvores de fruto no terreno mais à direita dos socalcos, os últimos teriam produtos para consumo no convento, daí se deduzir que seriam hortícolas.

O edifício do convento é integrado nos blocos de granito dispostos de forma aleatória sem qualquer ação do Homem. É de uma pobreza extrema, tendo como único compartimento decorado, a Igreja: “(...) O retabolo do Altar he de pedra mais polida, feita ao moderno, e nelle em seis nichos de hum, e outro lado do Sacrario se veneram as Imagens do Menino Jesus, de nosso padre S. Francisco, de nossa Senhora do Rosário, de S. João Bautista, de Santo António, e do amado Euangelista; e em cima do Sacrário a de Christo Crucificado; a sua matéria he de marfim (...)”<sup>89</sup>. Na sua pobreza inclui um material que acabou por suscitar interesse e admiração de quem por aqui passou, tornado o convento famoso não só pela impressionante falta de conforto como pelo fato de estar praticamente todo forrado com cortiça. Este forro deve-se à elevada humidade que se faz sentir na serra, serve portanto como isolante, e seria uma matéria prima abundante na cerca do convento, uma vez que o *quercus suber* é uma das espécies primitivas deste sistema. Este material foi mais tarde utilizado no challet da condessa de Edla em estruturas como as molduras dos vãos, portas, janelas e na balaustrada das varandas, e também no revestimento de paredes interiores, portanto aqui tomou a função de ornamento juntamente com a função prática<sup>90</sup>. O convento de Santa Cruz da Serra de Sintra tomou novo nome com as visitas de estrangeiros que o apelidaram de convento da Cortiça. “Em 1789, Beckford (...) deixou escrito no seu Diário: «Seguimos um ventoso caminho de cabras que conduz da cumeada da serra ao Convento da Cortiça (...) o ermitério é forrado de cortiça; as suas celas, capela e refeitório. (...) Muitos dos pequenos corredores (...) têm não só o tecto de cortiça, mas o pavimento também, o que é muito macio e agradável ao andar (...)»”<sup>91</sup>.

<sup>87</sup> ARAÚJO, Ilídio de - *Quintas de Recreio*. Braga, 1974. p.9.

<sup>88</sup> *Idem ibidem*.

<sup>89</sup> GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005.

<sup>90</sup> SIPA, PT031111120040.

<sup>91</sup> RUDERS, Carl Israel - *Viagem em Portugal 1798-1802* vol I. p.340.



## CAPÍTULO II. CRITÉRIOS

### 2.1. PROTEÇÃO ATUAL

O edifício é considerado IIP, imóvel de interesse público, Decreto nº37 077, DG, 1ª série, nº 288 de 29 de Setembro 1948. Está incluído, juntamente com a sua cerca, na área protegida de Sintra – Cascais, Decreto Regulamentar nº 8/94 de 11 de Março, na Rede Natura 2000: SIC, sitio de importância comunitária, Resolução de Conselho de Ministros nº 142/97, e está incluído no Património Mundial / World Heritage – UNESCO da Paisagem Cultural de Sintra, 1995<sup>92</sup>.

### 2.2. CONCEITO

*“O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo”<sup>93</sup>.*

O jardim histórico constitui um documento importantíssimo no testemunho de tradições seculares. É uma herança social, e por isso exige uma responsabilidade de salvaguarda, atribuída ao conjunto sociedade, no sentido de transmitir às gerações seguintes a autenticidade do espaço. O restauro de um jardim histórico tem que obedecer a uma metodologia rigorosa. Em Maio de 1981 o comité internacional de jardins históricos elabora, em Florença, uma carta com as linhas orientadoras para a proteção de jardins históricos. Porque o jardim é um monumento, são reconhecidas as orientações da carta de Veneza na salvaguarda de bens de significação cultural, no entanto, perante o jardim, está-se perante um monumento vivo, e daí surge a necessidade de criar regras específicas que têm como ideias fundamentais a fidelidade à origem do jardim, o respeito pelo tempo, aceitando-o como parte integrante na sua construção no sentido em que se faz sentir na evolução da vegetação e nas alterações das superfícies arquitetónicas e esculturais; não retirar o valor a intervenções realizadas em épocas posteriores à sua construção, os novos elementos passam a fazer parte da essência do lugar; e a não utilização de elementos contrastantes com o espaço<sup>94</sup>.

Cada jardim tem uma personalidade própria e encerra um espírito único capaz de integrar o Homem no seu passado e na sua história. O objetivo é recuperar a sua “imagem”, o seu significado e

<sup>92</sup> SIPA, PT031111050021; PT031111050264; PT031111050151

<sup>93</sup> ICOMOS. Carta de Veneza. 1964. artigo 1º.

<sup>94</sup> Journal scientifique - *jardins et sites historiques*, ICOMOS, 1993.

evocação. Pretende-se devolver ao espaço a sua cultura ambiental, sociológica e tradicional<sup>95</sup>, que traduz, neste caso em específico, a expressão de uma comunidade.

No convento dos capuchos de Sintra o espírito do lugar remete para a oração e meditação. Num local recatado e inóspito, vivia-se em perfeita comunhão com a natureza numa pobreza extrema de materiais. A pobreza é a essência deste lugar, inacreditável antes de se apresentar à vista, e por isso não pode ser esquecido. Do outro lado, está a mata com os seus locais de adoração onde a vegetação serrada se abre às vistas contrastando com a clausura que se faz sentir sob a floresta densa, onde se criam jogos de luz que abrem caminho ao misticismo já á muito presente nesta serra.

### 2.3. DIAGNÓSTICO

A investigação sobre o estado atual do jardim permite, por um lado, perceber quais os problemas que este enfrenta, tanto em termos biológicos como em relação à fragilidade das infraestruturas, e por outro identificar, através da investigação histórica realizada anteriormente, quais as características destoantes do espírito do lugar, que terão resultado de intervenções inadequadas á vista da definição do correto restauro do jardim histórico.

O levantamento e documentação das estruturas e infra-estruturas do local tal como se encontram no momento, permite a arquivação de informação acerca das intervenções e alterações realizadas no bem, respondendo a um problema comum aquando da investigação de património: “Quais as estruturas pertencentes ao plano inicial, quais as alterações sofridas ao longo do tempo, que tipo de intervenção se fez no local?”

---

<sup>92</sup> SIPA, PT031111050021; PT031111050264; PT031111050151

<sup>93</sup> ICOMOS. Carta de Veneza. 1964. artigo 1º.

<sup>94</sup> Journal scientifique - *jardins et sites historiques*, ICOMOS, 1993.

<sup>95</sup> ANÓN, Carmen - *El Jardín Histórico: Notas para una metodología previa al proyecto de recuperación*, 1993.

Peça de desenho: zonamento

### 2.3.1. Infraestruturas

A avaliação de infraestruturas procura identificar problemas na estabilidade de pavimentos e muros, assim como sistemas básicos de circulação das águas, rega, drenagem e iluminação, e a distribuição de equipamentos e instalações.

Apesar de ter sofrido tentativas de manutenção, este espaço não foi estudado enquanto monumento visitado, não existe um sistema de iluminação nem distribuição adequada de equipamentos. A única instalação existente oferece ao público sanitários e uma loja de lembranças.

#### 2.3.1.1. Pavimentos existentes

| Local                        | Inclinação    | Material                 | Estado de conservação | Causas                                      |
|------------------------------|---------------|--------------------------|-----------------------|---|
| Entrada                      | Média         | Calçada de granito cinza | Pouco irregular       | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Terreiro das cruces          | Plano         | Saibro                   | Irregular             | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Terreiro do sino             | Degraus       | Blocos de granito cinza  | Pouco irregular       | Cedência do solo                            |
| Terreiro do sino             | Plano         | Saibro                   | Irregular             | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Terreiro do sino             | Degraus       | Blocos de granito cinza  | Irregular             | Cedência do solo; erosão pluvial            |
| Terreiro da fonte            | Plano         | Saibro                   | Irregular             | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Telheiro da entrada          | Degraus       | Lajes de granito         | Pouco irregular       | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Claustro                     | Plano         | Saibro                   | Irregular             | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Mata                         | Muito elevada | Solo natural             | Muito irregular       | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Mata                         | Degraus       | Blocos de granito cinza  | Destruído             | Cedência do solo; erosão pluvial            |
| Terreiro do <i>ecce homo</i> | Plano         | Saibro                   | Irregular             | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Altar ao Senhor Crucificado  | Plano         | Solo natural             | Irregular             | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Caminho para as hortas       | Alta          | Calçada de granito cinza | Irregular             | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Caminho para as hortas       | Degraus       | Blocos de granito cinza  | Irregular             | Cedência do solo; erosão pluvial            |
| Saída norte                  | Média         | Saibro                   | Irregular             | Erosão por escoamento de águas pluviais     |
| Caminhos nas hortas          | Baixa         | Solo natural             | Impedido              | Crescimento da vegetação                    |
| Caminhos nas hortas          | Degraus       | Blocos de granito cinza  | Destruído             | Cedência do solo; erosão pluvial; vegetação |

Q.1. Levantamento do material e estado de conservação dos pavimentos existentes.



F.14. Solo em saibro no "Terreiro da Fonte"  
Fonte: autora



F.15. Calçada em granito na entrada do convento Fonte:  
autora



F.16. Escadas em blocos e lajes de granito no convento

Fonte: autora



F.17. Pavimento na zona das hortas em calçada e blocos de granito  
Fonte: autora

Peças desenhadas: pavimentos

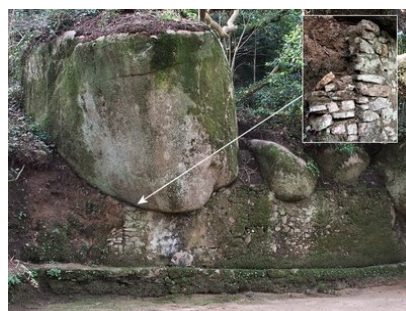
### 2.3.1.2. Muros existentes

| Local                        | Material                    | Estado de conservação  | Causas                                      |
|------------------------------|-----------------------------|------------------------|---|
| Limite                       | Blocos de granito           | Parcialmente destruído | Cedência do solo; erosão pluvial; vegetação |
| Terreiro das cruces          | Alvenaria de pedra e reboco | Parcialmente destruído | Erosão                                      |
| Terreiro do sino             | Blocos de granito           | Intacto                |   |
| Terreiro da fonte            | Alvenaria de pedra e reboco | Intacto                |   |
| Claustro                     | Alvenaria de pedra e reboco | Intacto                |   |
| Terreiro do <i>ecce homo</i> | Alvenaria de pedra e reboco | Intacto                |   |
| Caminho para as hortas       | Blocos de granito           | Intacto                |   |
| Hortas                       | Blocos de granito           | Destruídos             | Cedência do solo; erosão pluvial; vegetação |
| Canteiros                    | Blocos de granito           | Intacto                |   |

Q.2. Levantamento do material e estado de conservação dos muros existentes.



F.18. Muros de suporte das hortas, do "Terreiro da Fonte" e do claustro, da esquerda para a direita. Fonte: autora



F.19. Muro no terreiro das cruces  
Fonte: [soscapuchos.blogspot.pt](http://soscapuchos.blogspot.pt)



F.20. Muro limite da cerca a sul  
Fonte: autora

Peças desenhadas – muros

### 2.3.1.3. Sistema de águas

O sistema de hidráulica instalado no convento demonstra o domínio que havia já nesta altura sobre os percursos da água.

A água chegava ao convento captada da nascente através de um aqueduto que a descarregava numa cisterna abastecedora. Esta cisterna encontra-se na casa das águas, divisão do convento semelhante a um balneário dos dias de hoje. Aqui foi construída uma latrina dupla em lajes de pedra, e esculpido um canal em pedra em direção à latrina, que seria um mictório<sup>96</sup>. Estes elementos sugerem que os frades teriam alguns cuidados relativamente à salubridade da casa.

Da cisterna, a água passa para uma tina de pedra que faz a decantação antes de a conduzir num circuito hidráulico até às fontes, a do terreiro de entrada e a do claustro<sup>97</sup>. Antes de chegar à fonte octogonal e ao herbolário passa por uma pequena tina de pedra à saída da sala do coro, e passando à cozinha segue para o claustro. Depois, a água é conduzida e armazenada nos tanques na zona das hortas, sendo posteriormente utilizada para irrigação, por gravidade, através de caleiras em alvenaria de pedra que a conduziam para toda a extensão da horta<sup>97</sup>.

Voltando à cisterna, existe um pequeno canal que conduz a água em excesso em direção às latrinas, possibilitando a sua limpeza.

A deterioração das canalizações fez-se sentir com o tempo, e as intervenções de manutenção descaracterizaram o sistema. Hoje em dia a água está de facto presente nos elementos do convento, e percorre o caminho do antigo aqueduto, mas por canalizações modernas. Há cortes no antigo caminho da água, esta já não aparece na tina de pedra, nem na cozinha, e algumas passagens de água e caixas coletoras estão secas.



F.21. Percurso original da rede de abastecimento de água (da esquerda para a direita): Aqueduto; Cisterna e tina de pedra; Fonte da entrada; Fonte octogonal do claustro; Fonte à saída; Tanque menor na zona das hortas; Casa de fresco; Tanque maior  
Fonte:autora

<sup>96</sup> GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005.

<sup>97</sup> *Idem ibidem*.

Peças desenhadas – Rede de água

## 2.3.2. Elementos construídos

| Local                        | ID | Elemento                      | Materiais   | Estado de conservação  | Causas                                  |
|------------------------------|----|-------------------------------|---|--|---|
| Terreiro da entrada          | A  | Construções em pedra com cruz | Alvenaria de pedra e reboco; blocos de granito; cruz em granito                               | Intacto  |   |
| Terreiro do sino             | B  | Construção em pedra com cruz  | Blocos de granito; cruz em granito  | Intacto  |   |
| Terreiro do sino             | C  | Sino                          | Granito; sino em metal  | Intacto  |   |
| Terreiro da fonte            | D  | Conjunto fonte e mesas        | Alvenaria; reboco blocos de granito; lajes de granito; azulejo; conchas; pedrinhas; porcelana | Corpo da fonte partido; azulejos partidos; conchas, pedrinhas e porcelana em falta | Erosão; vandalismo                      |
| Terreiro da fonte            | E  | Nicho                         | Alvenaria de pedra; reboco; conchas; pedrinhas; porcelana                                     | Conchas, pedrinhas e porcelanas em falta   | Erosão; vandalismo                      |
| Claustro                     | F  | Fonte octogonal               | Alvenaria de pedra e reboco   | Intacto  |   |
| Claustro                     | G  | Banco                         | Alvenaria de pedra e reboco   | Intacto  |   |
| Terreiro do <i>ecce homo</i> | H  | Ermida                        | Alvenaria de pedra e reboco   | Base do edifício destruída; perigo de derrocada                                    | Cedência do solo; erosão eólica do solo |
| Senhor Crucificado           | I  | Altar                         | Granito   | Totalmente destruído   | Vandalismo                              |
| Caminho para as hortas       | J  | Conjunto banco e mesas        | Lajes de granito; Alvenaria de pedra e reboco   | Destruído  | Vandalismo                              |
| Caminho para as hortas       | K  | Casa de fresco                | Alvenaria de pedra, reboco; lajes de granito; azulejo; conchas; pedrinhas; porcelanas         | Azulejos partidos; conchas, pedrinhas e porcelanas em falta                        | Erosão; vandalismo                      |
| Hortas                       | L  | Tanque                        | Alvenaria de pedra e reboco   | Intacto; coberto de vegetação  | Crescimento vegetal                     |
| Hortas                       | M  | Tanque                        | Alvenaria de pedra e reboco   | Intacto; coberto de vegetação  | Crescimento vegetal                     |
| Hortas                       | N  | Fonte                         | Granito   | Intacto  |   |
| Cerca                        | O  | Bancos                        | Alvenaria de pedra e reboco   | Intacto  |   |

Q.3. Levantamento do material e estado de conservação dos elementos construídos.

Peça desenhada: elementos

## 2.3.3. Levantamento botânico

| Designação                       | Tipologia | Origem                  | Primeiras referências na serra | Tipo de ocupação                                    |
|----------------------------------|-----------|-------------------------|--------------------------------|---|
| <i>Acacia melanoxylon</i> ***    | Arbusto   | Austrália               | Utilizada na reflorestação     | Invasora  |
| <i>Agapanthus africanus</i> **   | Herbácea  | África do sul           |                                |   |
| <i>Arbutus unedo</i> ***         | Árvore    | Atlântico-mediterrânica |                                |   |
| <i>Asplenium hemionitis</i> **** | Herbácea  | Macarronésia            | 1661 por Grisley               | Endémica em perigo crítico de extinção              |
| <i>Aucuba japonica</i> **        | Arbusto   | Ásia                    |                                |   |
| <i>Bergenia cordifolia</i> **    | Herbácea  | Ásia                    |                                |   |
| <i>Carex flava</i> *             | Herbácea  | América do norte        |                                |   |
| <i>Castanea sativa</i> **        | Árvore    | Mediterrânica           |                                |   |
| <i>Chelidonium majus</i> ***     | Herbácea  |                         |                                |   |
| <i>Coincya cintrana</i> ****     | Herbácea  |                         |                                |   |
| <i>Corylus avellana</i> **       | Arbusto   | Euro-siberiana          |                                | Ameaçada  |
| <i>Cupressus lusitanica</i> **   | Árvore    | México; Guatemala       |                                | Naturalizada  |
| <i>Cytisus striatus</i> ***      | Arbusto   | Atlântica               |                                | Endémica-peninsular                                 |
| <i>Dactylorhiza elata</i> *      | Herbácea  | Mediterrânica           |                                | Muito ameaçada                                      |
| <i>Davalia canarensis</i> **     | Epífita   | Macarronésia            | 1661 por Grisley               | Ameaçada  |
| <i>Digitalis purpúrea</i> **     | Herbácea  | Atlântica               |                                |   |
| <i>Dryopteris dilatata</i> **    | Herbácea  | Euro-asiática           |                                |   |
| <i>Epilobium obscurum</i> *      | Herbácea  | Euro-siberiano          |                                |   |
| <i>Eucalyptus globulus</i> ***   | Árvore    | Austrália               |                                | Subespontânea/infestante*                           |
| <i>Euonymus japonicus</i> **     | Arbusto   | Japão                   |                                |   |
| <i>Fraxinus angustifolia</i> **  | Árvore    | W-mediterrânica         |                                |   |
| <i>Hedera helix</i> **           | Herbácea  | W-mediterrânica         |                                | Infestante*   |
| <i>Helleborus foetidus</i> *     | Herbácea  | W-mediterrânica         |                                | Potencialmente ameaçada                             |
| <i>Ilex aquifolium</i> **        | Arbusto   | Atlântico-mediterrânica |                                | Muito ameaçada, protegida no Decreto-lei nº423/1989 |
| <i>Laurus nobilis</i> ***        | Árvore    | Mediterrânica           |                                |   |

|                                  |             |                         |                               |                                  |
|----------------------------------|-------------|-------------------------|-------------------------------|----------------------------------|
| <i>Lavandula luisieri</i> **     | Sub-arbusto | Mediterrânica           |                               | Endemismo ibérico                |
| <i>Leucojum autumnale</i> *      | Herbácea    | W-mediterrânica         |                               | Potencialmente ameaçada          |
| <i>Myrtus communis</i> ***       | Arbusto     | Mediterrânica           | 1689 por Tournefort           | Potencialmente ameaçada          |
| <i>Pinus pinaster</i> **         | Árvore      | Mediterrânica           | 1841 por Welwitsch e R. Brown |                                  |
| <i>Pinus pinea</i> ***           | Árvore      | Mediterrânica           |                               |                                  |
| <i>Pittosporum undulatum</i> *** | Arbusto     | Austrália               |                               | Naturalizada                     |
| <i>Poa bulbosa</i> *             | Herbácea    | Euro-siberiana          |                               |                                  |
| <i>Pteridium aquilinum</i> ***   | Herbácea    |                         | 1689 por Tournefort           |                                  |
| <i>Quercus faginea</i> ***       | Árvore      | Península Ibérica       |                               |                                  |
| <i>Quercus lusitanica</i> **     | Árvore      |                         | 1689 por Tournefort           |                                  |
| <i>Quercus robur</i> ***         | Árvore      |                         |                               |                                  |
| <i>Quercus suber</i> **          | Árvore      |                         |                               |                                  |
| <i>Rosmarinus officinalis</i> ** | Arbusto     | Mediterrânica           |                               |                                  |
| <i>Rubus cintranus</i> *         | Herbácea    |                         |                               | Endemismo da serra               |
| <i>Rubus ulmifolius</i> **       | Herbácea    | Atlântico-mediterrânica |                               | Exclusiva na serra <sup>98</sup> |
| <i>Ruscus aculeatus</i> **       | Arbusto     | Atlântico-mediterrânica |                               | Ameaçada                         |
| <i>Serapias cordigera</i> *      | Herbácea    | Atlântico-mediterrânica |                               | Potencialmente ameaçada          |
| <i>Smilax aspera</i> **          | Sub-arbusto | Mediterrânica           |                               |                                  |
| <i>Tamus communis</i> **         | Herbácea    | Atlântico-mediterrânica | 1689 por Tournefort           |                                  |
| <i>Veronica arvensis</i> *       | Herbácea    |                         |                               |                                  |
| <i>Vinca difformis</i> **        | Herbácea    | W-mediterrânica         |                               | Infestante*                      |
| <i>Viola rivinianna</i> ***      | Herbácea    |                         |                               |                                  |

## Q.4. Levantamento botânico na mata.

\* Espécies identificadas em, PINTO DA SILVA, A.R. - *A flora da serra de Sintra*. Lisboa: Museu, Laboratório e Jardim Botânico, 1991. p. 7.

\*\* Espécies identificadas no local

\*\*\* Espécies identificadas na vertente setentrional e solos eruptivos, com referência no convento ou proximidade, em *A flora da serra de Sintra*, Lisboa, 1991

\*\*\*\* POPNSC

| Designação                  | Tipologia   | Lugar na cerca            |
|-----------------------------|-------------|---------------------------|
| <i>Agapanthus africanus</i> | Herbácea    | Claustro                  |
| <i>Aucuba japonica</i>      | Arbusto     | Claustro                  |
| <i>Bergenia cordifolia</i>  | Herbácea    | Claustro                  |
| <i>Euonymus japonicus</i>   | Arbusto     | Claustro                  |
| <i>Hydrangea macrofila</i>  | Herbácea    | Claustro/terreiro do sino |
| <i>Lavandula dentata</i>    | Sub-arbusto | Claustro                  |
| <i>Primula vulgaris</i>     | Herbácea    | Terreiro do sino          |

Q.5. Levantamento das espécies encontradas nos canteiros<sup>99</sup><sup>98</sup> var. *contractifolius*, Pereira Coutinho, 1939.<sup>99</sup> Identificação no local.

Peças desenhadas: estudo botânico

Entre o denso arvoredo salientam-se alguns exemplares que devem ser referenciados pela sua significativa dimensão: *Platanus hybrida*, no terreiro da entrada; *Quercus suber*, no claustro; *Thuja plicata*; *Cupressus lusitanica*; *Castanea sativa*, e *Sequoia sempervirens*.

#### 2.3.4. Pontos de interesse

Como foi referido anteriormente o convento tem lugares que seriam de meditação e terão sido escolhidos pela sua relação visual com o espaço envolvente. A abertura das vistas proporciona essa relação. Hoje em dia esta abertura visual já não existe devido ao desenvolvimento da vegetação.

Estas relações visuais aparecem primeiro no claustro, que seria uma zona de convívio entre os frades, e novamente nas hortas, o espaço mais amplo da cerca, e exposto ao sol, dado o carácter do espaço.

Subindo a partir do claustro surgem dois pontos em que se abrem as vistas. Estes ficaram marcados como pontos de meditação e oração, o primeiro com a ermida do *Ecce Homo* e o segundo com um altar dedicado ao Senhor Crucificado.



F.22. Vista a partir das hortas (IV)  
Fonte:autora



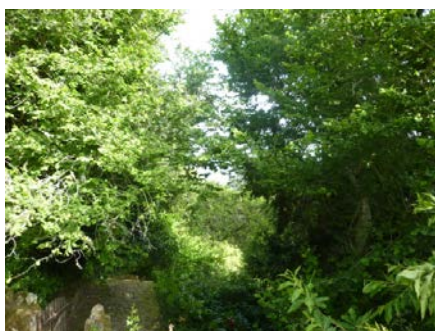
F.23. Vista a partir do Altar ao Senhor Crucificado (I)  
Fonte:autora



F.24. Vista a partir do altar ao Senhor Crucificado (I)  
Fonte:autora



F.25. Vista a partir do Terreiro do Ecce homo (II) Fonte:autora



F.26. Vista a partir do claustro (III)  
Fonte:autora

Peças desenhadas: vistas

### 2.3.5. Uso público

O convento dos capuchos de Sintra esteve abandonado e sujeito a vandalismo e roubo durante alguns anos até que foi vedado e encerrado por razões de segurança dado o seu estado de degradação entre 1998 e 2000. Em Junho de 2001 reabre ao público sob a responsabilidade da entidade Parques de Sintra – Monte da Lua.

A entrada está sujeita a pagamento e pode percorrer-se todo o espaço da cerca. No entanto, o visitante não vai encontrar qualquer sinalização de orientação nem elementos de interpretação do lugar que vista.

Aqui não existem atividades e as condições do espaço não promovem a estadia. A circulação na cerca do convento, de forma a passar pelos pontos de interesse, faz-se de forma desconfortável, pelos motivos mencionados no diagnóstico dos pavimentos. Não há iluminação, portanto a dificuldade é acrescida nos meses de inverno, a maior parte do ano, em que depois das cinco horas se torna difícil aceder a alguns pontos principais.



## CAPÍTULO III. PROJETO

### 3.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

*“ A conservação e o restauro de monumentos têm como objetivo salvaguardar tanto a obra de arte como as respetivas evidências históricas”<sup>100</sup>.*

Tratando-se de uma cerca conventual que engloba uma comunidade vegetal específica que assim existe devido aos valores franciscanos, soma-se a preocupação com a conservação de património natural. Para tal, é fundamental a elaboração de um plano de gestão florestal que caracterize e valorize a biodiversidade existente.

Enquanto monumento, e depois de mencionada a importância da manutenção do património cultural, promove-se a manutenção e recuperação do bem, desenvolvendo um plano diretor de restauro, assim como a divulgação do património religioso.

Salvaguardado o trabalho de recuperação do jardim histórico segundo as metodologias recomendadas, objetivando a restituição do espírito do lugar, é necessário situar o espaço no tempo, e responder a necessidades sociais. Está considerado na carta de Veneza que a conservação é facilitada pela sua utilização para fins úteis.

O convento dos capuchos de Sintra deixou de ter as suas funções iniciais, sendo hoje uma referência histórica das convicções religiosas de uma ordem com regras muito específicas. Portanto, é essencial promover o monumento como elemento de grande importância a nível cultural e natural.

Um outro problema que não pode ser esquecido é a verba para a manutenção futura deste espaço, sendo assim, é preciso encontrar soluções que vão no sentido de atribuir novos usos, que sejam compatíveis com o espaço, não alterando a sua essência, e promovendo o uso público.

### 3.2. CRITÉRIOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Após o estudo do local conforme a metodologia de Carmen Añón foram utilizados critérios de intervenção apoiados pelas Cartas Internacionais sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios: Carta de Veneza; Carta de Burra; Carta de Florença.

As ações de conservação implicam: a manutenção, que se traduz apenas pela proteção contínua da substância; preservação, quando se pretende a manutenção e a desaceleração do processo de degradação; restauro, quando se pretende restabelecer o elemento como era; e

---

<sup>100</sup> ICOMOS. Carta de Veneza, 1964. Artigo 3º.

reconstrução, quando há introdução de materiais no restabelecimento do elemento<sup>101</sup>.

Por outro lado, podem ser tomadas medidas de adaptação, quando há uma utilização sem destruição da significação cultural, e uso compatível, quando a utilização implica modificações que sejam reversíveis<sup>102</sup>.

A cada bem foi atribuída a ação de conservação mais adequada segundo os artigos constituintes de cada carta.

### 3.3. PROPOSTA

#### 3.3.1. Plano diretor de restauro

Os edifícios do convento devem ser alvo de um programa de manutenção. A reconstrução das ruínas não se justifica visto não acrescentar valorização á significação cultural e não existem dados explícitos do seu aspeto original nem das suas funções.

#### PAVIMENTOS

| Local                       | Material           | Medidas de Conservação | Ações   |
|-----------------------------|--------------------|------------------------|---|
| Cerca (680m2)               | Saibro             | Estabilização          | Reconstrução em saibro estabilizado com cal                               |
| Cerca (220m2)               | Calçada de granito | Manutenção             | Verificação periódica   |
| Telheiro da entrada         | Lajes de granito   | Manutenção             | Verificação periódica   |
| Terreiro do sino            | Blocos de granito  | Manutenção             | Verificação periódica   |
| Mata (200m2)                | Solo natural       | Estabilização          | Limpeza e regularização do solo; sulcos laterais para escoamento de águas |
| Mata (75m2)                 | Blocos de granito  | Estabilização          | Reconstrução com introdução de novos blocos                               |
| Altar ao Senhor Crucificado | Solo natural       | Estabilização          | Regularização do solo   |
| Caminho para as hortas      | Blocos de granito  | Manutenção             | Verificação periódica   |
| Caminho nas hortas (400m2)  | Solo natural       | Estabilização          | Regularização do solo e limpeza da vegetação                              |
| Caminho nas hortas (7m2)    | Blocos de granito  | Estabilização          | Reconstrução  |

Q.6. Medidas a aplicar nos pavimentos. Ver peça de desenho nº 18.

<sup>101</sup> ICOMOS. Carta de Burra, 1980. Definições.

<sup>102</sup> *Idem ibidem*

## MUROS

| Local                      | Material                      | Medidas de Conservação | Ações                               |
|----------------------------|-------------------------------|------------------------|-------------------------------------|
| Cerca                      | Alvenaria de pedra com reboco | Preservação            | Verificação periódica               |
| Limite (500 m)             | Blocos de granito             | Estabilização          | Reconstrução e limpeza de vegetação |
| Terreiro das cruces (15 m) | Alvenaria de pedra com reboco | Estabilização          | Reconstrução                        |
| Terreiro do sino           | Blocos de granito             | Preservação            | Verificação periódica               |
| Caminho para as hortas     | Blocos de granito             | Preservação            | Verificação periódica               |
| Hortas (275 m)             | Blocos de granito             | Reconstrução           | Reconstrução dos muros e socalcos   |
| Canteiros                  | Blocos de granito             | Preservação            | Verificação periódica               |

## SISTEMA DE ÁGUAS

A distribuição de água deve manter-se como se encontra, prevendo-se apenas a sua manutenção. A água está presente em todos os elementos apesar de não percorrer o caminho original, logo não há conflito com a significação cultural, portanto não se justifica a reconstrução da rede primitiva. Apenas nas hortas, onde as caleiras estão destruídas, não se faz a distribuição de água, para restituir a significação cultural do lugar e para permitir as práticas que se propõem para este espaço, prevê-se a construção de um sistema de rega por alagamento com distribuição através de caleiras, que poderá não corresponder ao original por não haver documentação.

## ELEMENTOS CONSTRUÍDOS

Para os elementos prevê-se a ação de preservação, excetuando as esculturas em terracota no corredor de entrada do convento, que devem ser restauradas. O restauro só deve ser efetivado quando existem dados suficientes acerca do estado original das estruturas e depois de se concluir que existem recursos necessários para isso. Esta ação só é justificada se for essencial á valorização da significação cultural do bem<sup>103</sup>. As esculturas em terracota significam a morte do corpo e a ressurreição espiritual, numa sequência de frades que mostram o movimento de desenterro dos corpos, representando o caminho percorrido pelos noviços quando entram no convento, deixando o mundo material para trás iniciando-se uma nova vida. Devido às ações de vandalismo de que o convento foi vítima, estas esculturas foram retiradas e salvaguardadas<sup>104</sup>. Dado o seu significado, é importante que seja restituído o seu lugar.

<sup>103</sup> ICOMOS, Carta de Burra, 1980. Artigo 13º.

<sup>104</sup> GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005.

Peças desenhadas – plano de restauro

Peças desenhadas – sistema de rega

### 3.3.2. Plano de plantação e gestão florestal

A cerca do convento dos Capuchos de Sintra insere-se nos limites estabelecidos pelo Decreto Regulamentar nº 8/94 de 11 de Março, que cria o Parque Natural de Sintra-Cascais. O Decreto-Lei nº13/93 diz que os Parques Naturais, entre outros, deverão dispor obrigatoriamente de um plano de ordenamento e respetivo regulamento. O Decreto Regulamentar nº9/94 de 11 de Março faz aprovar o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra Cascais e o respetivo regulamento. A transposição para o direito interno da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva *Habitats*), a aprovação da Lista Nacional de Sítios, Resolução do Conselho de Ministros nº142/97, de 28 de Agosto (Rede Natura 2000) em que é designado o Sítio PTCO008 Sintra-Cascais, a entrada em vigor dos PDM' s de Sintra e de Cascais, e a elaboração do POOC Sintra Sado, impõem a necessidade de revisão do Plano de Ordenamento do PNSC, Resolução de Conselho de Ministros nº46/2000. Neste trabalho é estudado o Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOT), com foco na cerca do convento.

O PEOT apresenta uma lista de populações de espécies que assumem prioridade de conservação. A discriminação desta lista no contexto da flora do PNSC resultou da valorização de *taxa* botânicos segundo o estatuto de ameaça em Portugal e a inclusão no anexo II da Diretiva 92/43/CEE.

As espécies consideradas de conservação prioritária no PEOT que se encontram na cerca do convento dos Capuchos são:

#### ***Asplenium hemionitis L.***

Medidas de conservação referidas no PEOT: Manutenção do condicionamento de remoção do coberto vegetal natural atualmente existente, fazendo depender estas ações de autorização prévia da Comissão Diretiva. Esta medida resulta do facto desta população estar em regressão intensa por ações de limpeza de muros.

#### ***Coincya cintrana***

Medidas de conservação referidas no PEOT: Manutenção e acompanhamento das ações de intervenção florestal nas áreas de ocorrência. Ordenamento das atividades ao ar livre e de todo-o-terreno com base na publicação da carta de Desporto e Natureza.

#### ***Ilex aquifolium***

Medidas de conservação referidas no PEOT: Introdução de mecanismos de controlo das atividades florestais.

Depois de identificados os *taxa* mais importantes a informação foi traduzida numa cartografia de valor botânico, com três categorias: Áreas de valor florístico excecional; Áreas de valor florístico muito elevado; e Áreas de valor florístico elevado. Relativamente às espécies para as quais não existe informação exaustiva foi estimada a área de ocorrência potencial. A cerca do convento dos Capuchos encontra-se na mancha de valor excecional.

Um problema que a flora da serra de Sintra enfrenta é a proliferação de infestantes. A expansão de povoamentos de espécies de acácia é uma das mais graves, no entanto ainda não existe uma resolução eficaz por motivo de conflitos florísticos e faunísticos. Além desta, as espécies que provocam alterações importantes nos ecossistemas, presentes na cerca são: ***Pittosporum undullatum\****; ***Hedera hélix\*\****; ***Vinca difformis\*\****; ***Eucalyptus globulus\*\**** e ***Pinus sp.*** O pinheiro e o eucalipto, acrescentando ao facto de não serem autóctones, têm uma grande carga de combustibilidade, o que facilita a propagação de fogos. E o pinheiro ainda está sujeito ao nematode.

Para as populações invasoras prevêm-se medidas de erradicação e controle, num procedimento cauteloso visto os conflitos entre os benefícios e malefícios destas espécies no habitat. As espécies de substituição devem ser pertencentes às associações de *Quercus*: ***Acer pseudoplatanus***; ***Corylus avellana***; ***Crataegus monogyna***; ***Ilex aquifolium***; ***Prunus lusitanica***; ***Laurus nobilis***; ***Arbutus unedo***; ***Viburnum tinus***; ***Quercus coccifera***; e ***Rhamnus alaternos***.

A restituição e conservação da vegetação natural na cerca do Convento dos Capuchos é importante do ponto de vista ecológico, ou não estaria contemplada no PEOT.

Mas a este fator de valorização acresce o motivo pelo qual se mantém esta associação vegetal localizada. A paisagem reage como resposta à ação antrópica, e esta assim permaneceu devido à filosofia ecológica dos frades franciscanos. A necessidade da sua preservação ultrapassa os motivos ecológicos abarcando os motivos culturais.

Por forma a recuperar os valores culturais das atividades praticadas pelos frades é desenvolvido um plano de sementeira e plantação de herbáceas e arbustos nos canteiros dos terreiros adjacentes ao edifício do convento. Uma das atividades com maior influência junto da sociedade era o desenvolvimento de substâncias medicinais. Não foram encontradas referências sobre quais as espécies que aqui se plantavam, mas sabendo-se o fim medicinal e conhecendo-se o Dioscórides<sup>105</sup>, foram selecionadas algumas plantas que teriam maior probabilidade de aqui existir, pela sua origem mediterrânica, e por serem comuns no Sul da Europa por esta altura: ***Cyperus esculentus*** L.; ***Iris florentina*** L. ; ***Origanum magorana*** L.; ***Rosa gálica*** L. ; ***Thymus incanus*** L.; ***Valeriana tuberosa*** L. ; ***Myrtus communis*** L.

De forma a responder às necessidades criadas pelas novas propostas de utilização na área das antigas hortas, prevê-se a plantação de um prado de pisoteio na zona mais alta, e a compartimentação da área mais a Norte em sebes de murta (*Myrtus communis* L.).

---

<sup>105</sup> Livro de 5 volumes onde Pedáneo Dioscórides compila todos os conhecimentos farmacológicos do seu tempo, tornando-o fundamental durante um milénio e meio. O livro foi guardado e copiado de convento em convento durante este tempo e seria o guia das suas atividades medicinais.

\* Identificadas no PEOT

\*\* Identificadas em, *A flora da serra de Sintra*, Lisboa, 1991

Página de desenho: plano de plantação e gestão florestal

## 3.3.3. Ações de promoção

## 3.3.3.1. Acessos e serviços

| <b>Tipo</b>        | <b>Estrutura</b>                   | <b>Estado atual</b>  | <b>Projeto</b>   |
|--------------------|------------------------------------|--|--|
| Infraestruturas    | Parque de estacionamento           | Pavimento muito degradado  | Pavimentação em saibro estabilizado com cal; marcação de lugares   |
|                    | Parque de merendas                 | Pavimento irregular em solo natural; mobiliário insuficiente     | Delimitação de um novo espaço no exterior do limite do convento; pavimentação em saibro estabilizado; colocação de mobiliário adequado em madeira                                  |
|                    | Iluminação                         | Sem iluminação   | Sistema de iluminação embutido no chão   |
|                    | Vigilância                         | Um segurança no local  | Sistema de videovigilância   |
| Elementos de apoio | Sinalética                         | Sem sinalização  | Placas de orientação   |
| Edifícios de apoio | Coffeshop; Wc                      | Edifício branco com loja de recordações e instalações sanitárias | Implantação de um edifício pré fabricado em madeira no exterior do limite do convento com possibilidade de venda de bebidas e snacks; instalações sanitárias                       |
|                    | Loja gourmet com marca do convento | Não existe   | Implantação de um edifício pré fabricado em madeira no exterior do limite do convento para comercialização de produtos resultantes de matéria prima produzida na cerca do convento |

Q.7. Síntese de estruturas e infraestruturas e avaliação do seu estado de conservação.

## 3.3.3.2. Intervenção de ordem cultural, educacional e social

## a) Criação de percursos

Para divulgação do património cultural e natural da cerca do convento, é importante que se criem percursos em que se dão a conhecer os pontos mais relevantes e curiosos do monumento.

O espaço pode ser visitado em três percursos de dimensões e conteúdos diferentes.

A distância mais reduzida permite o conhecimento do convento e áreas adjacentes frequentadas pelos frades no quotidiano. O percurso (I) "Convento" passa pelo Terreiro das cruces, pelo Terreiro do sino, Terreiro da fonte, o interior do convento e o claustro.

O percurso (II) "Ermidas" segue a partir do claustro até ao Terreiro do *Ecce homo* e Altar do Senhor Crucificado.

O percurso (III) “Cerca” segue a partir do claustro pela mata até à porta de pedra na cerca, voltando a entrar no Altar do Senhor Crucificado, desce ao Terreiro do *Ecce homo* e passa pela suposta gruta do Frei Honório. Este percurso permite somar ao conhecimento histórico cultural, o de património natural apresentando a diversidade vegetal que se encontra ao longo da cerca, que ganhou importância pela tipologia primitiva das populações vegetais da serra de Sintra. Depois do claustro desce pelas hortas onde pode observar-se uma simulação da zona de produção que teria sido desenvolvida pelos frades, de onde estes tiravam grande parte da sua alimentação.

A Parques de Sintra lançou em Agosto a plataforma “Talking Heritage – Percursos Multimédia em Sintra” no âmbito do BIO+Sintra, permitindo ao visitante uma experiência interativa e promovendo a participação ativa do público na conservação dos principais valores naturais da serra. O património cultural e natural da cerca do convento dos capuchos deve fazer parte da seleção de vídeos, fotografias, áudio e textos ao dispor do visitante através de mais uma inovadora tecnologia.

### a1) Relações visuais

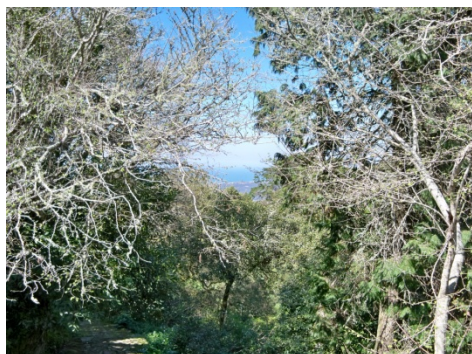
Percorrendo qualquer um destes percursos o visitante pode aperceber-se da importante relação visual que foi já referida no trabalho.

Os pontos onde a vegetação se abre e permite que se deixe para trás um pouco do isolamento oferecido pela densa floresta, são como já referido antes, o claustro, o Terreiro do *Ecce homo*, o Altar ao Senhor Crucificado e a zona das hortas.

Devido ao desenvolvimento da vegetação estas vistas não são hoje possíveis, no entanto, foi esta relação que fez com que se edificassem alguns destes pontos de oração e mesmo o próprio convento.

Os muçulmanos celebravam aqui os limites da Terra face ao Céu e da Terra face ao Mar, terá sido esta imponência da serra que fez com que esta tenha sido desde logo sacralizada. O simbolismo religioso extremo que se faz sentir no Convento dos Capuchos de Sintra não deve descartar este fator. No entanto, sendo a floresta da serra protegida enquanto Património Mundial na qualidade de Paisagem Cultural, oferecem-se algumas dificuldades ao corte de vegetação.

Propõe-se então que se proceda ao desbaste de vegetação de grande porte, e permite-se o corte de arbustos e subarbustos, numa dimensão que seja a suficiente para restabelecer estas relações.



F.27. Antes e depois (simulação): Vista a partir do claustro

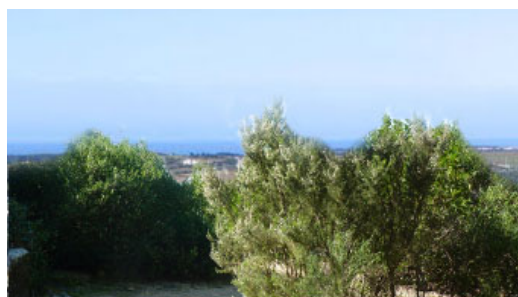


Fonte: autora



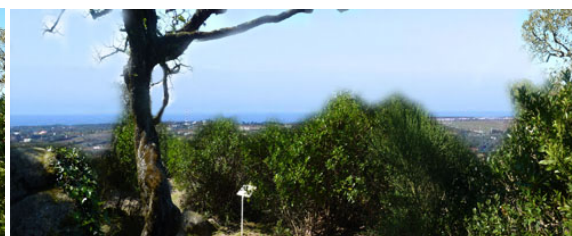
F.28. Antes e depois (simulação): Vista a partir do Terreiro do *Ecce homo*

Fonte: autora



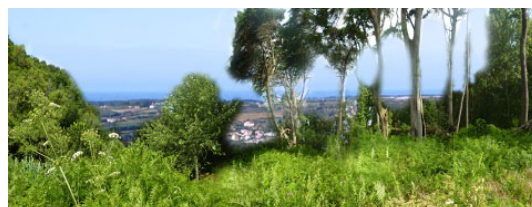
F.29. Antes e depois (simulação): Vista a partir do Altar ao Senhor Crucificado

Fonte: autora



F.30. Antes e depois (simulação): Vista a partir do Altar ao Senhor Crucificado

Fonte: autora



F.31. Antes e depois (simulação): Vista a partir das hortas

Fonte: autora

Peças desenhadas- percursos

## b) Centro interpretativo

Pretende-se a criação de um centro interpretativo no edifício adjacente à capela do Senhor do Horto, com acesso pelo claustro, onde seria o celeiro, que se encontra atualmente inativo.

A passagem pelo centro interpretativo está integrada nos três percursos propostos e pretende dar a conhecer ao visitante aspetos do quotidiano dos frades que habitavam o convento assim como o seu aspeto nessa época, e a sua história.

Para o centro propõe-se uma apresentação da ordem franciscana, que aqui se instalou e interferiu segundo os valores que considerava, assim como pontos relevantes da história da construção do edifício e dos seus mentores.

Para uma melhor perceção do espaço e da vivência dos religiosos e visitantes do convento, um vídeo de apresentação seria uma forma bastante clara: uma reprodução em três dimensões da cerca onde se apresentam simulações de cenas vividas no convento como a meditação dos frades, as rezas na igreja, os peregrinos que por aqui passavam, assim como importantes fidalgos e o próprio rei; as atividades no herbolário, a cura dos enfermos e a produção agrícola. Este vídeo poderia ser ativado pelo próprio público na altura de exibição.

Neste edifício prevê-se a simulação da atividade desenvolvida no herbolário com as plantas medicinais que estariam plantadas nos canteiros do claustro. Como referido anteriormente, nos dias de hoje estas plantas não estão presentes. Por motivos de significação cultural, visto que a enfermagem era uma função importante dos capuchos, e também para possibilitar a simulação referida, o projeto inclui a plantação de aromáticas nos canteiros do claustro. A função deixa de ser medicinal, mas a nova atividade vai possibilitar a produção de fragâncias que serão comercializadas nas lojas gourmet, uma no limite do convento, outra no centro histórico de Sintra, e não colide com a atividade original pelo facto de a técnica ser idêntica e utilizar espécies da mesma família.

## c) Horta pedagógica

As hortas pedagógicas surgem na sociedade como elemento educacional onde se podem observar os ciclos das culturas, conhecer as espécies, as suas particularidades, propriedades, e as técnicas agrícolas utilizadas.

Aqui propõe-se que 450 m<sup>2</sup> dos 2 500 da área das antigas hortas sejam destinados à produção educativa, assim como a área mais a Este que será plantada com um laranjal. A proposta do laranjal surge da possibilidade de ter existido um pomar nessa zona, uma vez que existem relatos que mencionam a abundância de fruta no convento. Para além de outras árvores de fruto não terem capacidade de vingar neste local, por motivos climáticos, a plantação de citrinos era a mais comum em conventos franciscanos<sup>106</sup>.

Os produtos são matéria prima para a produção de doces e compotas a comercializar nas lojas gourmet já referidas.

<sup>106</sup> XAVIER, António Manuel – *Das Cercas dos Conventos Capuchos*. Évora: Casa do Sul Editora, s.d. ISBN 972-8661-19-3. *op.cit.* p.39.

#### **d) Núcleo de Hortas<sup>107</sup>**

Para 1 800 m<sup>2</sup>, prevê-se a licitação pública (contrapartida anual por m<sup>2</sup>) de talhões de produção agrícola, divididos em 15 áreas. Os espaços são divididos com sebes, não podem ser vedados pelos utilitários, os hortícolas que podem ser produzidos estão listados no regulamento do Núcleo de Hortas e só podem ser utilizadas técnicas de agricultura biológica. As exigências devem-se ao carácter de horta histórica que deve ser mantido.

Os visitantes do convento seguem um percurso neste espaço devido, tanto à importância da atividade agrícola dos frades como ao facto de aqui estar um importante ponto de relação visual com o espaço envolvente da serra, portanto podem visitar livremente esta área.

#### **e) Área de exposições e concertos**

Os restantes 250 m<sup>2</sup> constituem os dois patamares do tanque menor. Para este espaço prevê-se a plantação de um prado com manutenção, sobre o qual ocorrerão exposições e concertos ocasionais. Este espaço transforma-se também num potencial lugar de estadia e contemplação no convento.

##### **3.3.3.3. Possibilidade de integração de atividades**

O carácter do convento não permite que se realizem todas as atividades de ar livre que costumam ser praticadas na serra, como a escalada, a BTT, entre outras. Tem que ser controlado o impacto visual na paisagem e o ruído resultante. No entanto podem ser aqui praticadas outras ocupações. São frequentes as organizações de pedipaper em Sintra, e o espaço da cerca pode ser inserido nos percursos, assim como no caso de caminhadas, mesmo que noturnas.

Podem também ser praticadas aulas de ioga, meditação e workshops de pintura e fotografia.

Estas atividades são exteriores à organização do convento, por isso a sua prática inclui o pagamento normal da entrada no convento.

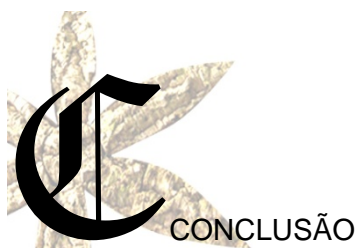
##### **3.3.3.4. Divulgação e conhecimento**

Do processo de conhecimento do monumento fazem parte os percursos propostos que devem ser inseridos no projeto "Talking heritage", e o vídeo de apresentação que será exposto no centro interpretativo. Além destes elementos é desenvolvido e apresentado em anexo neste trabalho, um panfleto informativo. A possibilidade de atividades mencionadas acima acaba por resultar na divulgação deste espaço, assim como a utilização pública de talhões agrícolas e da horta pedagógica. Mas estas são situações vividas na sua maioria pelo público residente em Sintra. Para uma maior abertura de público propõe-se a realização de exposições temporárias e concertos. As temáticas também têm que ser filtradas e os concertos incluem apenas estilos como música clássica e áulica. Uma outra forma de divulgação e realização de receita é a venda de produtos originários da cerca do convento no centro histórico da vila.

<sup>107</sup> Baseado no exemplo aplicado no Museu Nacional do Traje & Parque Botânico do Monteiro-Mor.

Peças desenhadas – Ordenamento das hortas

Peças desenhadas – plano geral



Os frades capuchos proliferaram em Portugal desde o século XIII acomodando-se de Norte a Sul do país deixando impressos na paisagem e na sociedade as suas práticas e valores espirituais. Estes mendicantes apelaram à vida lado a lado com a natureza, num respeito profundo à obra divina. Procurando sítios ermos com condições extremas que satisfizessem a sua penitência, encontraram na serra de Sintra uma oferenda de D. João de Castro, também este rendido ao sublimes encantos do mundo natural. Este viajante curioso com as ciências da vida escolheu, de entre uma generosa variedade de paisagens que conhecia, recolher-se nos arvoredos da serra de Sintra, e aqui implantar uma série de pontos de culto religioso. Apesar de se identificar com as exigências da Regra, o local onde se instalou o convento não foi apontado pelos membros da Ordem. Este local de culto resulta do desejo do nobre, que, aqui refugiado, pareceu pretender criar nesta serra aquilo que pode aproximar-se de uma noção de Sacromonte. Então porquê a serra de Sintra? Terá sido a localização determinante para que neste convento se vivesse em extrema pobreza até ao limite da sobrevivência? Os conventos franciscanos são de facto detentores de uma humildade pouco comum entre a comunidade religiosa. Mas como o Convento dos Capuchos de Sintra, não se conhece outro exemplo, é único, assim como esta serra.

Como visto neste trabalho, as condições biofísicas do território facilitam a imaginação. A expressão brutal da natureza alimenta o misticismo que envolve a serra, o que terá levado à divinização do espaço só por si, e não como resultado de uma ocupação religiosa como acontece em outros locais.

Com a extinção das ordens religiosas e o abandono do convento pelos frades, a cerca esteve durante décadas sujeita aos fatores deteriorantes do tempo. O que salvou o edifício foi a resistência do material utilizado na sua construção, não fosse esse componente da própria serra. Aqui ficaram as penhas e o forro em cortiça emprestada dos sobreiros que ensombram a casa.

A necessidade de preservação de um sítio histórico surge quando se percebe a importância de transferir o conhecimento de geração em geração, essa importância agrava-se quando se está perante o último testemunho de uma filosofia, de uma identidade muito própria, que teve o seu lugar na sociedade do seu tempo, deixando marcas dos seus valores.

O desenvolvimento de um plano de restauro permite restituir ao lugar o seu significado cultural tornando-o apreensível a quem visitar o espaço. Este passo pode ser suficiente, mas neste caso em específico surgiu a necessidade de se criar um plano de gestão florestal. Este plano segue linhas diretoras que vão ao encontro do trabalho realizado na reflorestação da serra de Sintra no combate à proliferação de espécies infestantes. Esta ação permite manter o melhor exemplo da vegetação primitiva da serra de Sintra, importante não só a nível botânico, mas também porque é o

testemunho do respeito que os frades tinham pela natureza, não se impondo a ela e transformando-a apenas por necessidade de sobrevivência, como aconteceu na zona das antigas hortas.

Revitalizado o lugar é necessário investir em medidas que o tornem sustentável. Este espaço pode ser vivido pela população envolvente e deixar de ser apenas um ponto de passagem turística. Se assim for é facilitada a sua manutenção, essencialmente da zona das antigas hortas, onde o novo núcleo de hortas vai permitir manter o carácter de horta histórica, situação que seria difícil de sustentar se estivesse dependente de verba e mão-de-obra da responsabilidade da entidade gestora do Convento dos Capuchos.

É restituída ao lugar uma vivência, que não será a que o caracterizou, mas que é compatível com o seu significado cultural e espiritual, mantendo a paz do local, os jogos de clausura e abertura pela vegetação proporcionando a relação visual com a envolvente, assim como o desenvolvimento de atividades muito próximas às originais, como as hortas ou a produção de fragrâncias e chás com as plantas aromáticas do claustro, em jeito de simulação.



- ANDRADE, Jacinto Freire de - *vida de D. João de Castro quarto Viso-Rey da Índia*. 1651
- ARAÚJO, Ilídio Alves de - *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. vol. I. Lisboa, 1962
- CAMÕES, Luís de – *Os Lusíadas*. Porto: Tipografia Bloco Gráfico, 1978.
- CUNHA, António A. R. da - *Cintra pituresca ou memória descritiva das villas de Cintra e Collares e seus arredores*. 1ª ed. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal, 1905.
- GASPAR, Nuno Miguel - *O convento dos capuchos da serra de Sintra – percurso histórico e guia interpretativo*. Cacém: Voxgo, 2005.
- GOES, Damião de - *Chronica de El-Rei D. Manoel*. In. SERRÃO, Vítor – *Sintra*. Lisboa: Presença, 1989.
- RIBEIRO, Céu – *Guia Sintra*. 1ª ed. Sintra: Texto Editores Lda, 2007. ISBN 978-972-47-3778-2.
- PINTO DA SILVA, A.R. - *A flora da serra de Sintra*. Lisboa: Museu, Laboratório e Jardim Botânico, 1991. p. 7.
- LINK, Heinrich Friedrich - *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. s.l.Textos BN,s.d.
- RUDERS, Carl Israel - *Viagem em Portugal, 1798-1802*, vol. I. s.l. textos BN. s.d.
- BORDALO, J. J. - *Novo guia do viajante em Lisboa e seua arredores, Cintra, Collares e Mafra*. 2ª ed. Lisboa: Typographia universal, 1863.
- JORDAM, Francisco de Almeida - *Relação do castello e serra de Cintra e do que ha que ver em toda ella*. 2ªed.Coimbra: officina de Francisco Luiz Ameno, 1874.
- MATTOSO, José - *História da Portugal*. vols. III;IV;V. 1ª ed. em português. Círculo de Leitores, 1993.
- PEREIRA, Paulo (coordenador), *Grandes temas da nossa história – história da arte portuguesa*, vols. I;II;III. s.l. Circulo de Leitores, 1995.
- PEREIRA, Paulo - *Lugares Mágicos*, 2009.
- REBELLO DA SILVA, Luís Augusto - *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, Tomo V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.
- RIBEIRO, José Cardim, *Sintra Património da Humanidade*, CMS,1998.
- SACADURA, João Paulo - *Património da Humanidade em Portugal – vol. II - Sítios*. Verbo, 2000.
- SARAIVA, António José - *A Cultura em Portugal, Teoria e História – Livro II, Primeira Época: A Formação*. Lisboa: Gradiva, 1991.
- SOTTO-MAYOR, D. Miguel - *História da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*. Braga: Typographia Lusitana, 1889.
- XAVIER, António Manuel – *Das Cercas dos Conventos Capuchos*. Évora: Casa doSul Editora, s.d. ISBN 972-8661-19-3.

*A serra de Cintra*. 12ª estrofe. Lisboa: Régia, 1814.

#### FONTES:

Cartografia – SIPA

#### WEB SITES

Câmara Municipal de Sintra [Web Page] « [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt) » Accessed Setembro 2012.

Finisterra [Web Page] «1987 [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1987-44/44\\_12.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1987-44/44_12.pdf) » Accessed Julho 2012  
Francisco Caldeira Cabral [Web Site] «2008 <http://proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/ambiente/em-defesa-da-paisagem-continental/> » Accessed Setembro 2012.

Editorial Franciscana [Web Site] «<http://www.editorialfranciscana.org>» Accessed Julho 2012.

EDNA [Web Site]

«<http://www.gensec-ssf.org/Free/Documents/Manual/Manual%20-%20Portuguese/13-Regra%20bulada.pdf>» Accessed Maio 2011.

Franciscanos Capuchinhos [Web Site] « 2012 [www.capuchinhos.org](http://www.capuchinhos.org) » Accessed Setembro 2012.

#### BIBLIOTECAS:

- Biblioteca Municipal de Sintra – Espolio

#### ARQUIVOS:

- Arquivo Histórico de Sintra

- Torre do Tombo



## ANEXO A

### **Regra da Ordem dos Frades Menores Bulada**

Fonte: Regra Bulada, Documents and News from the First Order of the Society of Saint Francis. *In*. <http://www.gensec-ssf.org/Free/Documents/Manual/Manual%20-%20Portuguese/13-Regra%20bulada.pdf>, Accessed Maio 2011.

É assim considerada a versão final da Regra de São Francisco, aprovada pela bula “*Solet annuere*” de Honório III, em 1223. Do texto das três Regras (Regra Primitiva, Regra Não Bulada e Regra Bulada), é aquela cuja autenticidade é impossível de se pôr em causa. Além do registo original da bula, guardado em Assis, existem documentos medievais que a comprovam<sup>2</sup>.

#### Cap. I Em nome do Senhor! Começa a vida dos Frades Menores

A Regra e vida dos Frades Menores é esta, a saber: observar o santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo vivendo em obediência, sem próprio e em castidade. Frei Francisco promete obediência e reverência ao senhor papa Honório e a seus sucessores canonicamente eleitos e à Igreja Romana. E os outros frades estejam obrigados a obedecer a Frei Francisco e a seus sucessores.

#### Cap. II Sobre os que querem receber esta vida e como devem ser recebidos

Se alguns quiserem receber esta vida e vierem aos nosso frades, mandem-nos aos seus ministros provinciais, aos quais somente e não a outros se conceda a licença de receber frades. Mas os ministros examinem-nos diligentemente sobre a fé católica e os sacramentos da Igreja. E se crerem em todas essas coisas e as quiserem confessar fielmente e observar firmemente até o fim e não têm mulheres ou, se as têm, e já entraram as mulheres em um mosteiro ou lhes deram licença com autorização do bispo diocesano, emitido já o voto de continência, e que sejam as mulheres daquela idade que delas não possa originar-se suspeita, digam-lhes a palavra do santo Evangelho (cfr. Mt 19,21, par.) que vão e vendam todas suas coisas e procurem distribuí-las aos pobres. O que, se não puderem fazer, basta-lhes a boa vontade. E guardem-se os frades e seus ministros de serem solícitos por suas coisas temporais, para que façam livremente de suas coisas tudo que o Senhor lhes inspirar. Contudo, se precisar de conselho, tenham licença os ministros de enviá-los a alguns temerosos de Deus, com cujo conselho seus bens sejam dados aos pobres. Depois concedam-lhes os panos da provação, a saber, duas túnicas sem capuz e o cingulo, e bragas e um caparão até o cingulo, a não ser que aos mesmos ministros alguma vez pareça melhor outra coisa, segundo Deus. Mas, acabado o ano da provação, sejam recebidos na obediência, prometendo observar sempre esta vida e regra. E de nenhum modo lhes será lícito sair desta religião, conforme o mandato do senhor Papa, porque, segundo o santo Evangelho, ninguém que põe a mão no arado e olha para trás é apto para o reino de Deus (Lc 9,62). E os que já prometeram obediência tenham uma túnica com capuz e outra sem capuz, os que quiserem ter. E os que são forçados por necessidade possam levar calçado. E todos os frades vistam-se de roupas vis e possam remendá-las com sacos e outros

retalhos com a bênção de Deus. Os quais admoesto e exorto a que não desprezem nem julguem os homens que virem vestidos com roupas finas e coloridas, usando comidas e bebidas delicadas, mas antes julgue e despreze cada um a si mesmo.

#### Cap. III Do ofício divino e do jejum, e como os frades devem ir pelo mundo

Os clérigos rezem o ofício divino segundo a ordenação da Igreja Romana, exceto o saltério, pelo que poderão ter breviários. Os leigos digam vinte e quatro Pai-nosso por matinas, por laudes cinco, por prima, terça, sexta, noa, por cada uma destas sete, pelas vésperas porém doze, pelas completas sete; e rezem pelos defuntos. E jejuem desde a festa de Todos os Santos até o Natal do Senhor. Mas a santa quaresma que começa na Epifania até os quarenta dias contínuos, que o Senhor consagrou por seu santo jejum (cfr. Mt 4,2), os que voluntariamente a jejuam sejam abençoados pelo Senhor, e os que não quiserem não sejam obrigados. Mas jejuem a outra, até a Ressurreição do Senhor. Mas em outros tempos não tenham que jejuar, senão na sexta-feira. Mas em tempo de manifesta necessidade não estejam obrigados os frades ao jejum corporal. Aconselho, porém, admoesto e exorto meus frades no Senhor Jesus Cristo que, quando vão pelo mundo, não litiguem nem contendam com palavras (cfr. 2Tm 2,14), nem julguem os outros; mas sejam amáveis, pacíficos e modestos, mansos e humildes, falando a todos honestamente, como convém. E não devem cavalgar, senão obrigados por manifesta necessidade ou doença. Em qualquer casa em que entrem, digam primeiro: Paz a esta casa (cfr. Lc 10,5). E segundo o santo Evangelho, seja lícito comer de todos os alimentos que lhes servirem (cfr. Lc 10,8).

#### Cap. IV Que os frades não recebam pecúnia

Mando firmemente a todos os frades que de nenhum modo recebam dinheiro ou pecúnia por si ou por intermediário. Mas, para as necessidades dos enfermos e para vestir os outros frades, os ministros apenas e os custódios, por meio de amigos espirituais, tenham solícito cuidado, segundo os lugares e tempos e frias regiões, como lhes parecer servir à necessidade; sempre salvo, como foi dito, que não recebam dinheiro ou pecúnia.

#### Cap. V Do modo de trabalhar

Os frades a quem o Senhor deu a graça de trabalhar, trabalhem fiel e devotamente, de modo que, afastando o ócio inimigo da alma, não extingam o espírito da santa oração e devoção, ao qual as outras coisas temporais devem servir. Como mercê do trabalho recebam para si e seus irmãos o necessário para o corpo, menos dinheiro ou pecúnia, e isso humildemente, como convém a servos de Deus e seguidores da santíssima pobreza.

#### Cap. VI Que de nada se apropriem os frades, do pedir esmolas e dos frades enfermos

Os frades de nada se apropriem, nem casa, nem lugar, nem coisa alguma. E como peregrinos e forasteiros (cfr. 1Pd 2,11) neste século, servindo ao Senhor em pobreza e humildade, vão por esmola confiadamente, e não devem envergonhar-se, porque o Senhor se fez pobre por nós neste mundo (cfr. 2Cor 8,9). Esta é aquela eminência da altíssima pobreza que vos constituiu, caríssimos irmãos meus, herdeiros e reis do reino dos céus, vos fez pobres de coisas e sublimou em virtudes (cfr. Tg 2,5). Seja esta a vossa porção, que leva à terra dos viventes (cfr. Sl 141,6). À qual, prendendo-vos totalmente, nada mais queirais possuir para sempre embaixo do céu, pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo. E, onde quer que estão e se encontrarem os frades, mostrem-se familiares mutuamente entre si. E com segurança manifeste um ao outro sua necessidade, porque, se a mãe ama e nutre o seu filho (cfr. 1Ts 2,7) carnal, quanto mais diligentemente deve cada um amar e nutrir seu irmão espiritual? E se algum deles cair na doença, os outros frades devem servi-lo como quereriam ser servidos (cfr. Mt 7,12).

#### Cap. VII Da penitência a impor-se aos frades que pecam

Se alguns dos frades, instigando o inimigo, pecarem mortalmente, naqueles pecados dos quais foi ordenado entre os frades que se recorra só aos ministros provinciais, tenham os preditos frades que recorrer a eles, o mais depressa que puderem, sem demora. Os próprios ministros, se são presbíteros, imponham-lhes penitência com misericórdia; mas, se não forem presbíteros, façam que se lhes imponha por outros sacerdotes da Ordem, como lhes parecer melhor segundo Deus. E devem cuidar de não se irar nem perturbar pelo pecado de alguém, porque a ira e a conturbação impedem a caridade em si e nos outros.

#### Cap. VIII Da eleição do ministro geral desta fraternidade e do capítulo de Pentecostes

Todos os frades sejam sempre obrigados a ter um ministro geral e servo de toda a fraternidade e tenham que obedecer-lhe firmemente. Quando ele falecer, faça-se a eleição do sucessor pelos ministros provinciais e custódios no capítulo de Pentecostes, em que os ministros provinciais tenham sempre que se reunir juntos, onde quer que for estabelecido pelo ministro geral; e isso uma vez cada três anos ou em outro termo maior ou menor, como for mandado pelo predito ministro. E se em algum tempo parecer à totalidade dos ministros provinciais e dos custódios que o predito ministro não é suficiente para o serviço e a utilidade comum dos frades, tenham os preditos frades, aos quais foi dada a eleição, em nome do Senhor, a eleger outro para seu custódio. Mas depois do capítulo de Pentecostes possa cada um dos ministros e custódios, se quiserem e lhes parecer oportuno, convocar uma vez seus frades a capítulo, no mesmo ano e em suas custódias.

## Cap. IX Dos pregadores

Os frades não preguem na diocese de um bispo quando lhes for proibido por ele. E nenhum dos frades se atreva absolutamente a pregar ao povo, se não tiver sido examinado e aprovado pelo ministro geral desta fraternidade, e por ele lhe tiver sido concedido o ofício da pregação. Admoesto também e exorto os mesmos frades a que, na pregação que fazem, sejam examinadas e castas suas palavras (cfr. Sal 11,7; 17,31), para a utilidade e edificação do povo, anunciando-lhes os vícios e as virtudes, a pena e a glória, com brevidade de sermão; porque palavra abreviada fez o Senhor sobre a terra (cfr. Rm 9,28).

## Cap. X Da admoestação e correção dos frades

Os frades que são ministros e servos dos outros frades visitem e admoestem seus frades e os corrijam humilde e caridosamente, não lhes prescrevendo o que for contra sua alma e nossa regra. Mas os frades que são súditos lembrem que por Deus negaram suas próprias vontades. Por isso lhes prescrevo firmemente que obedçam a seus ministros em tudo que prometeram ao Senhor observar e que não é contrário a sua alma e à nossa regra. E onde houver frades que saibam e conheçam que não podem observar a regra espiritualmente, devam e possam recorrer a seus ministros. Mas os ministros os recebam caritativa e benignamente e tenham tanta familiaridade com eles que possam falar-lhes e agir como senhores com seus servos; pois assim deve ser, que os ministros sejam servos de todos os frades. Mas admoesto e exorto no Senhor Jesus Cristo que se guardem os frades de toda soberba, vanglória, inveja, avareza (cfr. Lc 12,15), cuidado e solicitude deste século (cfr. Mt 13,22), detração e murmuração, e não cuidem os que não sabem letras de aprender letras; mas atendam a que sobre todas as coisas devem desejar ter o Espírito do Senhor e sua santa operação, orar sempre a ele de coração puro e ter humildade, paciência na perseguição e na enfermidade e amar os que nos perseguem e repreendem e acusam, porque diz o Senhor: Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem e caluniam (cfr. Mt 5,44). Bem-aventurados os que sofrem perseguição pela justiça, porque deles é o reino dos céus (Mt 5,10). Mas o que perseverar até o fim, esse será salvo (Mt 10,22).

## Cap. XI Que os frades não entrem nos mosteiros de monjas

Mando firmemente a todos os frades não tenham relações suspeitas ou conselhos de mulheres, e não entrem nos mosteiros de monjas, fora aqueles a quem se concedeu licença especial pela sé apostólica; nem se façam compadres de homens ou mulheres para que, nessa ocasião, não se origine escândalo entre os frades ou sobre os frades.

## Cap. XII Dos que vão entre os sarracenos e outros infiéis

Qualquer dos frades que, por divina inspiração, quiser ir entre os sarracenos e outros infiéis, peçam daí licença a seus ministros provinciais. Mas os ministros a nenhum concedam licença de ir senão aos que virem ser idôneos para enviar. Para isso imponho por obediência aos ministros que peçam ao senhor papa um dos cardeais da santa Igreja Romana que seja governador, protetor e corretor desta fraternidade, para que sempre súditos e sujeitos aos pés da mesma santa Igreja, estáveis na fé (cfr. 1Col 1,23) católica, observemos a pobreza e humildade e o santo evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, que prometemos firmemente.

## ANEXO B

### Humanismo franciscano e ecologia

Fonte: Franciscanos Capuchinhos [Web Site] «2012 [www.capuchinhos.org](http://www.capuchinhos.org)» Accessed Setembro 2012

É evidente que não vou tratar aqui do HUMANISMO como doutrina dos humanistas do Renascimento, nem vou tratar da Ecologia como tratado do meio ambiente.

Aqui entende-se por Humanismo Franciscano a visão do homem e da mulher inspirados em S. Francisco e em Sta. Clara. Entende-se por Ecologia a visão e as atitudes dos franciscanos no relacionamento com a Irmã Mãe Natureza.

Segundo José António Merino (José António Merino, *Vision Franciscana de la Vida Quotidiana*, Ediciones Paulinas, Madrid - 1986), em quem me inspirei para preparar esta conferência, poderemos sintetizar em 7 pontos a maneira como o homem, ao longo da história, se relaciona com o mundo: PÂNICO. ASSOMBRO. RESPEITO. RACIONALIZAÇÃO. DESENCANTO. EXPLORAÇÃO e finalmente REDESCOBERTA de que o mundo é a nossa CASA.

Neste trabalho tratarei de ver como deve ser o nosso relacionamento e comportamento com a Irmã Mãe Natureza, tendo em conta a nossa visão e a nossa experiência franciscana do que é ser homem.

Como nos foi sugerido dividirei em três pontos a nossa reflexão:

- O homem como relação.
- O homem e o seu corpo.
- O homem e a natureza.

#### O homem como relação

A visão franciscana do homem é certamente original, comparada com as diversas interpretações humanistas ao longo da história.

Francisco foi e propôs um novo tipo de homem a partir da sua original experiência de Deus e do modo original de tratar com todos os seres.

Francisco foi um homem estruturalmente "simpático" a Deus, a todos os outros homens e a todas as criaturas.

Podemos dizer que a "simpatia" por tudo é a primeira nota constitutiva do homem Francisco, de espírito aberto e fraterno, que vive e convive com tudo e com todos.

Francisco é um especialista da arte de viver, pois consegue fazer a experiência de todas as formas de vida desde o nascimento até a morte. Ele nasce, sente, vive, ama, trabalha e morre em comunhão com Deus, com os homens e com o universo.

Ele não fica a ver a procissão dos seres a passar, mas vemo-lo totalmente imerso no mais íntimo da vida de toda a criação, em marcha. Ele sintoniza, ele está em simpatia com todas as expressões ou formas de ser, de pensar e de viver.

A sua experiência de humanista está profundamente marcada pela PRESENÇA DE DEUS, que ele vê em tudo e em todos. Estremece de ternura, de admiração e de espanto ao surpreender em si e nos acontecimentos, na história, nos homens e em todas as coisas animadas ou inanimadas, sensíveis ou insensíveis, a PRESENÇA encantadora do maravilhoso Criador.

O homem não é rival dos homens nem dos seres da criação. É um irmão universal. Devido à sua estrutura ontológica e psicológica de simpatia por tudo e todos, e à sua abertura à PRESENÇA TOTAL, Francisco é e propõe um projecto de homem como um SER EM RELAÇÃO: em relação dinâmica com Deus, com os irmãos, com os demais homens, com os seres irracionais e a própria vida.

Para S. Boaventura e Duns Escoto, os teólogos franciscanos que melhor souberam traduzir, em pensamento, a forma de ser de Francisco, a relação é um constitutivo essencial da pessoa.

No Humanismo Franciscano, a pessoa humana é um ser para outrem. É como um som que soa e ressoa em reciprocidade com todos os outros sons.

Nesta relação vital, em que entram todas as vivências do espírito e do corpo, vencem-se todos os egoísmos e distanciamentos.

Sendo assim estruturalmente relacionado, o homem franciscano, a exemplo de S. Francisco, é um HOMEM CONFIANTE. Nunca pode desconfiar de ninguém e de nada. Se tudo quanto é mundano, humano e divino está em consonância com o homem, este não pode suspeitar mal de ninguém, nem fugir seja de quem for ou do que for.

E como a confiança é sempre recíproca, há, entre o homem e a mulher franciscanos e os demais seres, uma verdadeira partilha de confiança.

A confiança profunda e sem reticências traz consigo uma necessidade e um desejo de ENCONTRO.

Tudo e todos se encontram em S. Francisco: Deus e toda a criação (homens e mulheres e habitantes do céu, da terra e do mar).

E para que este encontro seja sempre renovado, Francisco lança-se numa busca constante de novos horizontes cósmicos, humanos e divinos. Francisco avança de surpresa em surpresa, até à Beleza Infinita.

Nada é estranho ao Humanismo Franciscano. Tudo lhe fala de afecto e de amizade.

Por isso no Humanismo Franciscano não pode faltar a gratidão por tantos e tantos dons.

Desde o encontro consigo mesmo até ao encontro com o Altíssimo, Onnipotente, Bom Senhor, Francisco vai experimentando todos os outros encontros desde os mais insignificantes, como o das pedras do caminho, até aos mais extasiantes, na estigmatização do Alverne.

No seu Itinerário para Deus, o Humanismo Franciscano celebra com alegria a festa de todos os encontros com todas as criaturas, que são outros tantos degraus para subir à montanha do Senhor.

E dado que estes encontros do Humanismo Franciscano são radicalmente sinceros e plenos de verdade, têm forçosamente de desabrochar em ACOLHIMENTO.

Por isso Francisco acolhe, com júbilo e gratidão, a revelação do amor de Deus e da amizade das criaturas. «Acolhe os socialmente enfermos, os ladrões, os salteadores, os leprosos, os pobres, os poderosos, os irrelevantes. Acolhe a criação inteira, não apenas com sentimentos de poeta, mas com entranhada amizade fraterna».

Acolhe tudo e todos, mas acolhe sobretudo os que não são acolhidos, assume as misérias humanas para as transformar.

A sensibilidade e o acolhimento franciscanos, podem transformar, como diz António Merino "o universo do temor num universo de aproximação exultante".

A consequência de todo este Humanismo Franciscano, no que se refere à Ecologia, é evidente: uma "irmanação universal".

O Humanismo Franciscano torna-se fraternidade cósmica e universal. A cortesia do Humanismo Franciscano, tão proverbial entre os homens, transforma-se também ela em cortesia cósmica e em afabilidade para com todas as coisas. Para o Humanismo Franciscano todos os outros seres se revestem, de algum modo, da dignidade de pessoas. Não se pode estragar, ferir, ofender, conspurcar ou esbanjar nada, porque tudo faz parte do nosso ser humano.

O ser humano, homem e mulher, tem de encontrar uma nova forma de existir e de habitar num mundo mais humanizado e familiar.

É urgente que nos revistamos de grande respeito e de extasiante admiração por todos os seres nossos irmãos. Antes de os conhecermos já os amámos, porque são parte integrante da nossa vida e componente necessária do nosso projecto de felicidade.

### O Homem e o seu Corpo

O tema do corpo continua ainda hoje a ser um enigma incompreensível para o homem.

Há quem o deprima e rebaixe à condição de "pesada mochila" que a alma tem de suportar, e quem o exalte a ponto de o identificar com o "eu" humano, onde não há lugar para o espírito.

Na história do pensamento sempre assistimos ao DUALISMO irreductível entre o espírito e a matéria. O corpo é matéria e a alma é espírito, de modo que o corpo e a alma estiveram sempre em conflito.

No franciscanismo, o tema do corpo também não está definitivamente elaborado. Quando os escritores não franciscanos aludem ao tema do corpo em S. Francisco, não vão muito mais além do que uma simples referência genérica ao «irmão corpo» e ao "irmão asno".

No entanto, entrando em cheio nos Escritos de S. Francisco, a visão do corpo aparece-nos revestida de certa novidade e surpresa.

É verdade que S. Francisco não disse muito acerca do corpo e o que disse tem de ser enquadrado na visão optimista de toda a criação.

No Capítulo 23 da I Regra, S. Francisco alude à criação do homem como imagem e semelhança de Deus, segundo a Visão Bíblica do Génesis.

Mas é na Exortação V, onde aparece a visão mais bela e positiva do corpo. Diz S.

Francisco: «ó homem, considera a quanta grandeza o Senhor te levantou, pois te criou dando-te um corpo à Imagem do Seu Filho Dilecto, e dando-te um espírito à sua própria Semelhança. (Gén. 1,26)

Se o homem é Semelhança de Deus, deve-o ao espírito, e se é Imagem de Deus, deve-o ao corpo. Mas o corpo deve a sua dignidade de imagem de Deus por ser Imagem do Corpo de Cristo. Cristo é que é o modelo e a referência do homem, também no tocante ao corpo.

A dignidade do corpo humano, para S. Francisco, não se reduz a um conteúdo físico-biológico. Mais: o corpo humano, criado à imagem do Filho, é para S. Francisco a memória e a recordação do corpo que a Palavra do Pai assumiu na Encarnação. A verdade humana do corpo assenta na verdade teológica do Corpo de Cristo.

A grandeza do homem também se encontra no seu Corpo. A humanidade de Cristo revela a humanidade do homem. Como a Paixão de Cristo foi o modelo da paixão e das chagas do serafim do Alverne. S. Francisco não só se distancia dos hereges Cátaros, mas até de alguns grandes teólogos, como Santo Agostinho, uns e outros negativos e pessimistas em relação ao corpo.

Os textos dos Escritos de S. Francisco que denotam um sentido negativo acerca do corpo, é preciso entendê-los tendo em conta que o corpo é assumido como inimigo da alma: "a carne", segundo a expressão de S. Paulo.

É a esta luz que devemos interpretar algumas expressões, como esta: "odiamos o nosso corpo com os seus vícios e pecados, porque vivendo nós segundo a carne, quer o diabo roubar-nos o amor de Nosso Senhor Jesus Cristo e a vida eterna" (I Reg. 22,5). Ou então as mesmas expressões das Exortações: "devemos aborrecer os nossos corpos com seus vícios e pecados" (Ex.1,6;10,2;12,2.)

Aqui não se trata do corpo enquanto tal, mas do corpo com seus vícios e pecados. O crente Francisco não pode deixar de ver o corpo no horizonte da Criação, da Redenção e Ressurreição.

O corpo, além disso, tem um valor cosmológico, ou seja, um valor de relação com o mundo, já que é através dele que o homem comunica com a criação.

O homem do cântico das Criaturas tem uma perfeita consciência da sua corporeidade, pela qual confraterniza com todas as criaturas.

A solidariedade cósmica só é possível através do Corpo.

Para S. Boaventura, alma e corpo não são duas realidades separadas mas complementares na unidade do ser humano. O corpo é a única possibilidade de a alma ter uma existência concreta e temporal. Ou seja: o corpo corresponde à vocação do homem à comunhão com todos os seres criados que existem no mundo. A própria existência do corpo, também ele micro-cosmos, é a afirmação da solidariedade e da fraternidade do homem com as outras criaturas.

Para Duns Escoto o corpo está em relação com a alma como a matéria está em relação com a forma e neste ponto é igual a S. Tomás e a toda a Escolástica. Mas vai mais longe e dá ao corpo uma perfeição chamada forma de corporeidade, pela qual mesmo sem a alma o corpo

tem uma dignidade que não se pode reduzir a uma inter-acção físico-química. Isto é, o corpo mesmo sem alma é superior aos elementos físico-químicos de que é composto, e participa da dignidade do «eu».

Dessa dignidade do Corpo participam também todos os outros seres vivos e, por simpatia ontológica, todos os outros seres, mesmo inanimados.

Esta visão global de Escoto dá a todas as criaturas uma dignidade que as faz participantes da própria dignidade do homem.

Assim, através do corpo, a alma entra em comunhão com as coisas da natureza, e todos os seres da natureza entram em comunhão com o homem participando do seu valor espiritual.

Daí que o relacionamento com o universo criado deve ser tão respeitoso como o relacionamento da alma com o Corpo. Assim como a alma precisa do corpo para conhecer e amar neste mundo, assim o corpo precisa das outras criaturas para ser instrumento e complemento da alma.

O corpo humano, funcionando como condição da possibilidade de o homem ser homem no mundo da natureza, faz com que todos os seres da natureza participem da dignidade do homem, através do corpo.

O corpo, através dos seus sentidos, tem uma relação estruturalmente relacional, não só com as pessoas mas também com todo o universo.

Graças à vista, ao ouvido, ao olfacto, ao gosto e ao tacto o homem entra em contacto com todo um universo de experiências, de vivências e de comunicação.

Segundo S. Boaventura o homem, que é considerado micro-cosmos, tem cinco sentidos que são como cinco portas pelas quais entra na nossa alma o conhecimento de todas as coisas que existem no mundo sensível (Itin. C. 2, N. 3).

A visão humanista do corpo da Escola Franciscana apela a que restituamos ao corpo a sua dignidade verdadeiramente humana e faz com que prestemos a todas as criaturas que com ele convivem o obséquio de um diálogo fraterno e amigo, que exclui toda a tentação de exploração e as promove à dignidade de fraternidade universal.

### O Homem e a Natureza

Pelo seu corpo o homem está radicalmente em comunhão com a natureza. O homem não pode não estar em relação com os seres que o envolvem.

A natureza ou o mundo fazem parte do nosso ser humano e do nosso projecto de vida.

Nós somos um ser no mundo.

O ser humano e o mundo-natureza forçosamente estão em comunicação recíproca. A natureza constitui aquelas circunstâncias que integram o meu "eu" na expressão feliz de Ortega Y Gasset: "eu sou eu e as minhas circunstâncias".

Podemos dizer que a vocação do ser humano é humanizar a natureza e deixar-se «mundanizar» ou "naturalizar" pela natureza, não no sentido moral vulgar mas no sentido cosmológico e psicológico.

Temos de tomar consciência do nosso diálogo "eu-mundo" não só na dimensão exterior e objectiva, de duas realidades que estão frente a frente em reciprocidade existencial, mas também na dimensão interior e subjectiva, dando-nos conta que é todo o nosso ser – corpo e alma – que entra em comunhão com a natureza, para dar e receber.

Entre o homem e a natureza pode e deve haver uma verdadeira harmonia de existência de vida. Para isso o homem não pode considerar a natureza só como um objecto, mais ou menos útil, mais ou menos necessário, mas tem de a aceitar como parte integrante do seu ser.

A natureza não está à frente de nós: vive connosco! Não é um instrumento ou objecto manejável, segundo o nosso capricho, mas uma dimensão essencial do nosso espaço vital.

O homem torna-se vil e grosseiro e perde a sua nobreza de homem quando usa e abusa dos seres da natureza. Parafraseando S. Paulo, que afirmava que o marido que não ama a sua esposa peca contra o seu próprio corpo, podemos dizer: o homem que não ama mas ofende a natureza peca contra o seu próprio corpo. E porque o corpo está indissolúvelmente unido à alma, peca também contra a própria alma. Ou seja: ofender a natureza – poluindo-a, esbanjando-a, destruindo-a, – é um pecado em sentido ético e teológico.

O homem não pode ser o rei despótico da criação mas o irmão universal, o grande irmão, o irmão mais velho de todos os homens, animais, plantas e coisas.

A vida do homem sobre a terra tem sido difícil, ao longo da história e tem exigido muita luta para garantir a sobrevivência e o progresso da humanidade.

Esta luta é legítima e podemos e devemos socorrer-nos da técnica para vencer os obstáculos que a própria natureza nos oferece.

O mal está no exagero da ambição e da cobiça que levam os homens a criar, através da técnica, um mundo artificial, com grave prejuízo do mundo natural.

A técnica veio a criar uma outra natureza que embora materialmente ajude o homem no seu bem-estar, veio também separá-lo e desgarrá-lo da Irmã Mãe Natureza.

No seu afã insaciável de domínio e de gozo, o homem deixou de contemplar o mundo da natureza para se entregar quase só à tarefa materialista e desumana da fabricação e da produção consumista.

Com estes exageros da exploração desregrada da natureza, o homem quebrou a relação vital com a natureza e criou um desequilíbrio que lhe pode ser fatal.

A natureza, porque é o prolongamento do próprio homem, não pode ser só campo de ocupação mas também a CASA DE HABITAÇÃO.

Hoje assiste-se, em muitos lugares, ao assassínio da terra, ao que já se chama "terricídio". Quantos rios, mares, fontes, florestas, campos, cidades, alimentos e o próprio ar que respiramos estão a ser vítimas da sôfrega ambição do homem.

O Humanismo Franciscano deve voltar-se para a Ecologia, e em nome do próprio homem, ou seja, da dignidade da pessoa humana, deve defender e promover a integridade, a beleza e o encanto da nossa casa comum que é o mundo, onde todos queremos habitar em paz, alimentar-nos racionalmente e vestir com a elegância das linhas e das cores da Irmã Mãe Natureza.

Ao menos como os lírios do campo e as aves do céu!

Em síntese: o nosso relacionamento com a Natureza tem como princípio inspirador a fé num único Deus, que é a fonte de toda a criação e de toda a vida, donde procede o homem e a natureza. Não aceitamos o Dualismo do espírito e da matéria.

O nosso relacionamento com a Natureza inspira-se também na relação do Espírito de Deus que se manifesta na Criação e nos faz respeitar valores superiores aos que o Positivismo descobre, na sua investigação puramente experimental.

O nosso relacionamento com a Natureza, finalmente, inspira-se na Sabedoria Eterna do Divino Artista, donde procede toda a verdade, bondade e beleza das criaturas. Superamos todo o utilitarismo, pobre e redutor, da arvorada TECNOLOGIA em deusa do progresso e da felicidade humana.

O nosso relacionamento com a Natureza é de simpatia, de admiração, de comunhão celebrativa, de gratidão, sem domínio nem possessão, vendo, como num espelho, nos outros seres criados, mesmo irracionais, inanimados e insensíveis, o reflexo da sublime dignidade humana e da infinita Beleza de Deus.

Frei Miguel de Negreiros

in *Cadernos de Espiritualidade Franciscana*, nº 2, pp. 38-44.

Conferência pronunciada no Curso Complementar de Formação Franciscana sobre *Vida Franciscana e Ecologia*. Fátima, Julho de 1994

## ANEXO C

### **Extinção das Ordens Religiosas em Portugal**

Fonte: Autora

Bibliografia: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Quinto Volume, s.l., Círculo de Leitores, 1993.

SOTTO-MAYOR, D. Miguel, *História da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*, Braga, Typographia Lusitana, 1889.

Em 1834, ocorre em Portugal a extinção das ordens religiosas como consequência da revolução liberal e rutura com o absolutismo, no final das Guerras Liberais. A nova classe dominante procurou reorganizar a Igreja católica e retirar a autoridade da instituição religiosa sobre os conventos de Portugal, visando enfraquecer o seu poder económico e a hegemonia ideológica sobre a população. Contudo, o evento da extinção teria sido também o culminar do declínio de poder e influência das ordens durante o séc. XVIII. A extinção teve como consequência secundária o comprometimento da evangelização do ultramar, visto serem as ordens que serviam maioritariamente as missões.

É durante a administração do Marquês de Pombal que se revelam os principais antecedentes a 1834. Surge aqui uma maior influência do estado, iniciando a proibição das profissões religiosas. Em 1757, o Marquês expulsa do paço real os jesuítas confessores do rei. Até 1767, consegue aprovar o sequestro dos bens e a expulsão dos jesuítas de Portugal. Seguidamente, durante a criação da primeira Constituição Portuguesa, planeava-se reduzir o excessivo número de conventos no país. Gradualmente surgia maior animosidade contra as ordens religiosas, aprovando-se a sua reforma em 1822, sujeitando-as aos bispos e abolindo os prelados, tornando-se o governo o responsável por designar quais os mosteiros e conventos a serem conservados ou suprimidos.

Em 1823, é coroado D. João VI. Surgindo o problema das despesas de guerra, Manuel de Macedo apresenta um projeto de lei, lembrando que os terrenos dos conventos do país seriam suficientes para as pagar, manifestando a inutilidade das ordens religiosas e a sua incoerência com o liberalismo e propondo a secularização de todo o clero regular e o retiro dos regulares idosos para conventos onde lhes prestassem apoio no final da sua vida. No entanto, em Junho de 1823, D. João restaura a posse e fruição dos bens monásticos aos anteriores proprietários, suspendendo a lei anterior, mas não colocando de lado a reforma das ordens. No reinado de D. Pedro IV, Joaquim António de Aguiar consegue a aprovação pelo rei da extinção das ordens religiosas, apesar do voto contra do Conselho de Estado. O governo português adquire então todas as propriedades e bens das ordens, pagando uma pensão anual aos religiosos despojados.

## ANEXO D

### **Lenda do Frei Honório**

Fonte: Câmara Municipal de Sintra [Web Page] « [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt) » Accessed Setembro 2012.

Um dos habitantes do Convento de Santa Cruz ou dos Capuchos, foi Frei Honório, homem de muita fé e de grandes virtudes. Muito estimado e respeitado dos habitantes daquelas redondezas, ali viveu durante 30 anos, sofrendo dolorosa e resignada penitência. Seu corpo jaz na Igreja daquele curioso convento. Diz-se que certa vez, Frei Honório encontrou pelos campos uma linda rapariga, "para quem não olhou", mas que o forçou a fazer algo. Exigia-lhe que a confessasse. O virtuoso monge, naquele ermo não tinha confessor, e sem querer fixar a pequena, mandou-a para o convento em procura de outro confessor. A bela da moçoila não se conformou com a resposta e insistiu ao mesmo tempo com o bom religioso.

Rubro como um tomate, a suar em bico - isto passou-se em Agosto - apressou o passo, sempre seguido daquela que lhe pedia a absolvição ou penitência, até que, voltando-se e tapando o rosto com uma das mãos para fugir à formosura que o diabo encarnara para o tentar e perder, com a outra fez o sinal da cruz, a que a endiabrada e tentadora, respondeu com um grito, fugindo para não mais ser vista.

Então, Frei Honório, por castigo por ter caído em tentação, isolou-se a pão e água numa gruta existente no Convento. E lá ficou até ao fim da sua vida.

## ANEXO E

### **Bases para o regulamento do Núcleo de Hortas da Cerca do Convento dos Capuchos de Sintra**

Fonte: Autora, com base no regulamento do Núcleo de Hortas do Jardim Monteiro – Mor.

#### *Definições*

1. O Convento dos Capuchos de Sintra (adiante designado por CCS) integra um **Núcleo de Hortas** na sua Cerca (adiante designada por CCCS) no contexto das características das antigas hortas dos frades.
  2. O **Núcleo de Hortas** funciona na área da CCCS onde existem as características físicas e biológicas adequadas à atividade, assim como a disponibilidade de água para rega.
  3. O **Núcleo de Hortas** tem como objetivo o cultivo e representação de plantas que são utilizadas na alimentação humana, sem prejuízo da presença de outras espécies, desde que com funções de defesa contra pragas ou doenças, ou de ornamentação.
  4. O CCS considera exequível a participação de outros que não o próprio no cultivo do **Núcleo de Hortas**.
  5. O livre acesso para cultivo ao **Núcleo de Hortas** para outros que não o CCS não equivale o livre acesso à CCCS.
  6. O CCS define o limite e localização do **Núcleo de Hortas** como melhor julgar adequado.
  7. O **Núcleo de Hortas** está dividido em talhões e integra uma rede de caminhos para circulação pedonal, constituindo uma área que o público pode visitar livremente.
  8. Nos dias em que o CCS está encerrado (poucas situações ao longo do ano) não é possível aceder ao **Núcleo das Hortas**.
  9. Nos restantes dias do ano, o acesso ao **Núcleo das Hortas** é possível entre as 09h e as 19h todos os dias.
- Outros sobre direitos e responsabilidades

#### *Caracterização*

10. O CCS disponibiliza talhões para cultivo no **Núcleo de Hortas**.
  11. Os talhões podem ser cultivados pelo CCS ou por terceiros.
  12. A atribuição de talhões para cultivo por terceiros será realizada por concurso.
  13. O CCS assegura as infraestruturas de rega estritamente necessárias para garantir as condições básicas da rega.
  14. Os **Utilizadores** não podem instalar qualquer outro sistema de rega.
  15. Os **Utilizadores** não podem vedar a área.
  16. O CCS autoriza os **Utilizadores** a aproveitarem a camada superficial dos solos da mata para incorporar matéria orgânica nos seus talhões, desde que deixem o terreno regularizado após a recolha.
- Outros sobre direitos e responsabilidades.

*Do concurso*

17. Data de candidaturas.
  18. Disponibilidade do mapa.
  19. Disponibilidade da ficha de candidatura.
  20. Dias em que os talhões podem ser visitados.
  21. Base de licitação
  22. A ordenação dos candidatos será feita em função do valor oferecido.
  23. Será atribuído um talhão a cada concorrente que vier a ser admitido.
  24. Data da lista final de candidatos e suplentes ordenados por valor de licitação.
  25. Prazo para assinar o Acordo de Cultivo.
- Outros sobre direitos e responsabilidades.

*Do Acordo de Cultivo*

26. O **Acordo de Cultivo** é estabelecido entre o CCS e os doravante denominados **Utilizadores**.
  27. Datas de vigor do **Acordo de Cultivo**.
  28. Renovação do **Acordo de Cultivo**. (de preferência anualmente)
- Outros sobre direitos e responsabilidades.

*Da contrapartida*

29. O cultivo de um talhão do **Núcleo de Hortas** obriga a cada **Utilizador** ao pagamento de uma contrapartida por metro quadrado e por ano de cultivo, fixada de acordo com as condições indicadas no momento do concurso e de atribuição do talhão.
- Outros sobre direitos e responsabilidades.

*Dos Direitos dos Utilizadores*

- do talhão e da equipa de cada **Utilizador**

30. Número máximo permitido de colaboradores de uma equipa.
- Outros sobre direitos e responsabilidades.

- da água e da rega

31. Os **Utilizadores** têm direito de usar a água disponível nos tanques da CCCS para regar as suas culturas, sempre que entenderem.

- das culturas

32. Cada **Utilizador** deve cultivar as hortícolas que se seguem na lista de forma biológica.

33. Os **Utilizadores** têm liberdade para aplicar as técnicas de cultivo que entenderem adequadas a cada cultura, desde que biológicas.

- Outros sobre direitos e responsabilidades.

- dos utensílios e materiais

34. Os utensílios e materiais dos **Utilizadores** podem ser guardados ou armazenados em local já preparado para o efeito pelo CCS e a partilhar por todos.

35. Não pode ser utilizada maquinaria do **Utilizador**, este terá que recorrer aos serviços do CCS.

- dos acessos

### *Deveres dos Utilizadores*

#### *- do talhão e da equipa de cada utilizador*

36. O talhão deve ser mantido em boas condições de apresentação.

37. Os **Utilizadores** não podem construir abarracados ou abrigos no seu talhão, nem colocar materiais artificiais que alterem o aspeto natural de uma horta.

- Outros sobre direitos e responsabilidades.

#### *-da água e da rega*

#### *- dos utensílios e materiais*

#### *- dos acessos*

### *Dos serviços disponibilizados pelo CCS*

40. O **Utilizador** pode recorrer ao responsável técnico da CCS para aconselhamento especializado, sem qualquer encargo.

41. O CCS coloca à disposição dos **Utilizadores** um conjunto de serviços que podem ser solicitados com um mínimo de antecedência e com os valores indicados em tabela.

- Outros sobre direitos e responsabilidades.

### Lista de hortícolas :

*Allium cepa* L.

*Allium porrum* L.

*Allium sativum* L.

*Avena sativa* L.

*Beta vulgaris* L.

*Brassica napus* L.

*Cucumis sativus* L.

*Hordeum vulgare* L.

*Trigo - Triticum aestivum* L.

*Zingiber officinale* Roscoe

**Nota:** Lista de espécies que seriam utilizadas nas hortas das cercas dos conventos durante os séculos XV, XVI e XVII.

ANEXO F

**Figura 32 – Folheto: Percurso PR-S11 – Monge**

**Figura 33 – Folheto: Percurso PR-S10 – Peninha**

**Figura 34 – Folheto: Percurso PR-S6 – Capuchos**

Fonte: Câmara Municipal de Sintra [Web Page] « [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt) » Accessed Setembro 2012.







ANEXO G

**Figura 35 – Folheto Convento dos Capuchos**

Fonte: Autora

Folheto



Peça desenhada 20



